

Destaque



Veículo Informativo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Ano IV n. 38 novembro/dezembro 2005

Desembargador Federal Antônio Sávio toma posse como coordenador dos Juizados Especiais Federais



Presidente Aloísio Palmeira Lima

Desembargador Federal Ítalo Mendes

Desembargador Federal
Antônio Sávio (empossado)

Mensagem de Natal



Sumário

06 **Presidente fala sobre ocupação do prédio do CJF pelo TRF da Primeira Região**



05 **Protocolo externo do Tribunal facilitará o trabalho de advogados e a vida de jurisdicionados**

08 **Realizado descarte de documentos e de processos administrativos da Primeira Região**

Servidores do TRF e da Justiça Federal da Primeira Região

Aproxima-se o Natal, data maior da cristandade, e reforçam-se os laços de amizade, os apelos à solidariedade, à tolerância e à generosidade.

Natal é momento de reflexão sobre nossa conduta, de superação de contrariedades, de agradecimentos e de prestar homenagens àqueles que não esmorecem na luta por um Judiciário melhor, mais transparente e eficiente. É ocasião em que devemos deixar de lado as mágoas e os infortúnios, de elevar nosso espírito ao Altíssimo.

Magistrados, servidores, prestadores e estagiários que atuam no Tribunal e na Justiça Federal da Primeira Região - rico capital humano e riqueza mais expressiva do Poder Judiciário -, ao enaltecer o valor profissional de cada qual, agradeço o apoio de todos, decisivo nas dificuldades e no cumprimento das metas traçadas pela atual administração.

Que o Ano Novo, embalado pelo espírito de Natal, traga mudanças em nossas vidas e atitudes, pleno de realizações, de renovação, de renascimento e de alegria.

Boas Festas e um Feliz Ano Novo são os votos que formulo aos integrantes da família do Poder Judiciário da Primeira Região.

*Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima
Presidente*

Os Juizados Especiais Federais (JEFs) têm sido considerados pelos juristas como a “Justiça do Futuro”, com seus procedimentos céleres e simples, proporcionando à população uma justiça efetiva com resgate da cidadania.

O Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves, eleito e empossado o novo Coordenador dos JEFs, assumiu o cargo antes ocupado pelo Magistrado Ítalo Mendes, num momento de consolidação dos Juizados Federais, segundo a Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, a primeira a ocupar o cargo.

Isso se confirma pela especial atenção que a Administração do Tribunal vem dando aos JEFs, tendo realizado inúmeros itinerantes fluviais e rodoviários, além da instalação de juizados adjuntos às novas varas federais.

Outra importante novidade para dinamizar os trabalhos desenvolvidos por esta Corte e a prestação efetiva dos trabalhos jurisdicionais, foi a criação do protocolo externo, recém-inaugurado. Ele possibilitará aos procuradores darem entrada nas petições sem precisar estacionar ou mesmo descer do veículo, medida que contribui para facilitar o trabalho dos advogados e que minora o problema de estacionamento perto do Tribunal.

As Editoras
destaquemensal@trf1.gov.br

PRESIDENTE

Aloísio Palmeira Lima

VICE-PRESIDENTE

Mário César Ribeiro

CORREGEDOR-GERAL

Assuete Magalhães

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Tourinho Neto

Catão Alves

Jirair Aram Meguerian

Carlos Fernando Mathias

Olindo Menezes

Luciano Tolentino Amaral

Cândido Ribeiro

Hilton Queiroz

Carlos Eduardo Moreira Alves

Ítalo Mendes

Carlos Olavo

Amílcar Machado

Antônio Ezequiel da Silva

Daniel Paes Ribeiro

Luiz Gonzaga Barbosa Moreira

João Batista Gomes Moreira

Antônio Souza Prudente

Selene Maria de Almeida

Sebastião Fagundes de Deus

Antônio Sávio de Oliveira Chaves

Maria Isabel Diniz Gallotti

Rodrigues

Maria do Carmo Cardoso

Leomar Barros Amorim de

Sousa

Neuza Maria Alves da Silva

DIRETOR-GERAL

Washington Ribeiro da Silva

SECRETÁRIO-GERAL DA

PRESIDÊNCIA

Paulo Cardoso de Oliveira

ASSESSORA DE

COMUNICAÇÃO

Marcela Correia

EDITORES

Lucimar de Melo e

Marcela Correia

REDADORES

Etiene Gomes, Gilbson Alencar,

Ivani Morais, Juliana Freire,

Lucimar de Melo, Marcela

Correia, Mara Lúcia Bessa,

Márcia Barroso, Marília Maciel, Rafael

Braga e Samantha Salomão

COLABORAÇÃO: Paulo Bemerguy/

SJPA, Rita Miranda/SJBA e Sônia

Jansen/SJMA

ESTAGIÁRIOS REDADORES

Bárbara Nogueira, José Alexandre

de Souza, Juliana Corrêa, Larissa

Graciano, Marina Marcondes e Victor

Brandão

REVISÃO GERAL

Márcia Murça Barroso

PROJETO GRÁFICO

Jordânia J. Alves

DIAGRAMAÇÃO

Jordânia J. Alves.

Colaboração: Bárbara Nogueira e

Marina Marcondes

FOTOS

Bruno Almeida, Carlos Rodrigues, Ivani

Morais, Luiz Augusto Cals, Luiz Carlos

Xavier, Magnaldo Timo, Mauro Putini,

Saulo Cruz e Vandenei Machado

ILUSTRAÇÃO

Saulo Cruz

PADRONIZAÇÃO e EDIÇÃO

Assessoria de Comunicação Social

- Ascom

DISTRIBUIÇÃO

José Miguel Pereira dos Reis

FOTOLITOS

TechnoArte Bureau e Fotolito Digital

IMPRESSÃO

Gráfica do TRF-1ª Região

TIRAGEM

2.500 exemplares

Assessoria de Comunicação Social

Praça dos Tribunais Superiores

- SAS - Quadra 02 - Bloco A

- Edifício-Sede - sala 03.

CEP: 70095-900

Fones: (0xx61) 314-5371/79

Telefax: (0xx61) 226-4985

E-mail: ascom@trf1.gov.br/

destaque@trf1.gov.br/radio@trf1.gov.br

gov.br/tv@trf1.gov.br

PCTT 066.02.002-C



Desembargador Federal participa de seminário sobre Direito da Educação

O Presidente da Escola de Magistratura Federal (Esmaf) da 1ª Região, Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias, participou, no dia 4 de novembro, do II Seminário sobre Direito da Educação – O Direito da Educação na América Latina e o Desenvolvimento das Nações. O evento, realizado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF), com o apoio do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ocorreu na sala de conferências do STJ, nos dias 3 e 4 de novembro, e contou com a presença de especialistas da Europa e da América Latina para o debate do direito da educação e do desenvolvimento da região.

O magistrado do TRF presidiu o painel “Direito da Educação, Políticas Educativas na América Latina e Cooperação Internacional”, que reuniu representantes da Argentina, do Chile e dos Estados Unidos.



Magistrado Carlos Mathias preside painel no STJ

Desembargadora Federal Assusete Magalhães realiza correição geral na Bahia

No período de 21 de novembro a 2 de dezembro, a Corregedora-Geral, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, realiza correição geral ordinária na Seção Judiciária da Bahia (Salvador). A correição conta com a colaboração da Juíza Federal da 6ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais, Sônia Diniz Viana, da Juíza Federal Rosimayre Gonçalves de Carvalho Fonseca, da 1ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais, da Juíza Federal da 12ª Vara do Distrito Federal, Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas, do Chefe da Assessoria da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 1ª Região, Manoel Maia Jovita, do Diretor de Secretaria da 6ª Vara da Seção Judiciária

do Diretor de Secretaria da 12ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, Otávio José Euclides Franco.

A Seção Judiciária da Bahia conta com vinte e seis varas, sendo 23 em sua sede, em Salvador, uma em Ilhéus, uma em Campo Formoso e uma em Barreiras, por onde tramitam aproximadamente 258 mil processos, conforme estatística de outubro/2005, dos quais cerca de 130 mil pertencem ao Juizado Especial Federal.

Solenidade de Abertura – A Corregedora-Geral da Justiça Federal da 1ª Região, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, abriu os trabalhos da correição geral ordinária na sede da Seção Judiciária da Bahia, em Salvador, no dia 21 de novembro, em solenidade realizada no auditório do Fórum Teixeira de Freitas. A correição prosseguiu até o dia 2 de dezembro.

A Desembargadora Federal Assusete Magalhães esclareceu que realizou correições em todas as seções e subseções judiciárias, conduta com a qual pretende promover o aperfeiçoamento da Justiça Federal e oferecer instrumentos para o planejamento eficaz de futuras administrações. Também enfatizou que a sociedade exige um serviço judiciário baseado nos princípios constitucionais de eficiência e celeridade, sendo obrigação de todos que integram a estrutura da Justiça Federal trabalhar em busca da qualidade que garanta a celeridade processual e evite o mal desagradável da prescrição do direito.

A Juíza Federal Diretora do Foro da Seção Judiciária da Bahia, Mônica Aguiar, garantiu que as varas federais e a Turma Recursal estarão de braços abertos para auxiliar os trabalhos da correição, sempre atentos aos conselhos e instruções necessários para melhorar o que se deve.

Fonte: corregedoria do TRF e Secos/BA

Tribunal ganha protocolo externo



Presidente Aloísio Palmeira ladeado por autoridades e dirigentes presentes à inauguração do protocolo externo.

O Presidente da Associação dos Advogados Militantes na Justiça Federal e Tribunais Superiores, Hezir Espíndola, entrega petição sem sair do veículo.



Desde o dia 14 de novembro, as partes e os procuradores legais que possuem processos em tramitação neste Tribunal contam com mais uma facilidade: o Protocolo Externo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, localizado no estacionamento ao lado do Edifício Anexo I. Criado com o objetivo de propiciar maior agilidade no atendimento, o protocolo funciona das 13h às 18h, de segunda a sexta-feira.

A abertura da solenidade de inauguração foi realizada pelo Presidente do Tribunal, Aloísio Palmeira Lima, que, juntamente com o representante

do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Marcelo Lavocat Galvão, descerrou a placa inaugural do protocolo. Em seguida, houve a realização dos primeiros atendimentos no posto, que recebeu e protocolizou petições do representante do Conselho Federal da OAB e do Presidente da Associação dos Advogados Militantes na Justiça Federal e Tribunais Superiores, Hezir Espíndola, que preferiu não sair do carro para realizar a entrega. Em discurso, o advogado parabenizou o Tribunal pela iniciativa.

Logo após, o advogado Marcelo

Lavocat Galvão manifestou-se expressando o desejo de que seja feita no local “a mais lúdima justiça.”

A solenidade foi encerrada pelo Presidente Aloísio Palmeira, que destacou ser uma satisfação poder entregar à classe dos advogados mais uma facilidade. Afirmou, ainda, que o local irá proporcionar melhor distribuição do trabalho nesta Casa.

Participaram também do evento a Corregedora-Geral Assusete Magalhães, a Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso, juízes federais, dirigentes e servidores do Tribunal.



Autoridades na solenidade de abertura

de Minas Gerais, Marco Antônio Lima Neves, da Diretora de Secretaria da 1ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais, Silésia Maria de Lima, do Assessor Judiciário da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 1ª Região, Renato César Pinto Pereira, da Oficiala-de-Gabinete da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 1ª Região, Rejane Maria Chaves de Melo Rocha Netto, e

Ampliação do Tribunal

O Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima, Presidente do TRF-1ª Região, trata, nesta entrevista, da questão da transferência do prédio do Conselho da Justiça Federal (CJF) para o Tribunal.

Segundo o Presidente desta Corte, a provável ampliação do número de desembargadores e o acúmulo de processos nos gabinetes do TRF (conseqüência do aumento do número de varas federais) são alguns dos pontos que fizeram a Presidência pleitear a cessão do imóvel. A transferência para um edifício com instalações “excelentes” e “confortáveis”, de acordo com o Presidente Aloísio Palmeira, também é parte da meta de valorização do servidor, uma ação prioritizada na atual administração.

De acordo com o Desembargador-Presidente, as medidas adotadas para ampliação dos espaços do Tribunal não significam que a construção da sede definitiva será deixada em segundo plano.



Presidente do TRF-1ª Região
Aloísio Palmeira Lima

Por que a Presidência pleiteou a transferência do imóvel do CJF para o TRF?

O TRF sofre com o acúmulo de processos advindo da ampliação do número de varas federais, o que demanda ampliação do espaço físico dos Gabinetes dos Desembargadores Federais.

Os gabinetes estão no limite da capacidade de armazenamento dos feitos. Impõe-se a busca de solução rápida e eficaz, para evitar prejuízo à atividade jurisdicional. A circunstância de espaço foi agravada com a provável aprovação de projeto de lei que amplia para 51 o número de desembargadores federais desta Casa.

Conseguimos sensibilizar o Conselho da Justiça Federal – transferido para as instalações originariamente a ele destinadas no STJ – a fim de nos ceder o prédio ocupado na Asa Norte. Sem dúvida, a cessão do prédio foi providência de grande alcance, que desafogará, em primeiro momento, o edifício-sede e permitirá aqui criação de espaço para os novos Gabinetes, até que nos sejam entregues as instalações do prédio do Tribunal Superior Eleitoral. Tudo isso permitirá também ampliação dos atuais gabinetes, até que a construção da nova sede do TRF esteja concluída.

O Senhor visitou as instalações da antiga sede do CJF, acompanhado de uma comitiva de magistrados e dirigentes, em 30 de agosto. Qual o objetivo e o diagnóstico da visita?

A visita teve o sentido de conhecer o prédio e identificar possíveis ajustes a serem executados para adaptá-lo às necessidades dos setores administrativos, ligados à atividade-fim, que para lá forem transferidos. As instalações são excelentes e atendem plenamente às necessidades mais prementes de espaço desta Casa.

O prédio será destinado somente à ocupação de unidades do TRF?

Em princípio é a destinação originária – objeto do pedido de cessão aprovado pelo Conselho da Justiça Federal –, uma vez que necessitamos preparar, em tempo

breve, as instalações do TRF, em face da aprovação do referido projeto de lei.

E quanto aos JEFs? Haveria possibilidade de instalá-los no novo prédio, em sistema de compartilhamento com o TRF, e, dessa forma, amenizar as dificuldades advindas de suas atuais instalações?

A precariedade das instalações dos JEFs tem sido preocupação diária de nossa administração. Gostaria de resolver logo essa questão. Todavia, a prioridade nossa é a ampliação do número de desembargadores federais, a qual não pode ser obstaculizada pela falta de espaço físico. Assim, criei comissão de desembargadores federais, para analisar a questão e indicar os órgãos que devem ser transferidos, dentro das premissas estabelecidas. O trabalho, ao que estou informado, já está finalizado e, o mais breve possível, decidir-nos-emos pela alternativa que melhor atenda às necessidades do TRF e dos Juizados Especiais.

A transferência prevista inclui-se na meta de valorização do servidor defendida pela atual administração?

Não há dúvida de que os servidores contarão com instalações excelentes e confortáveis.

A interligação do sistema de informática por fibra ótica, a estruturação lógica do edifício e da área de telefonia são algumas das modificações que serão feitas. Qual será o impacto dessas mudanças no orçamento do Tribunal?

O impacto maior não é de caráter orçamentário, e, sim, de tempo. Essas adaptações são fundamentais para o funcionamento dos órgãos a serem transferidos. Portanto, necessitam ser concluídas para que a transferência seja efetivada. A demora, por menor que seja, causa dificuldade, uma vez que os problemas de espaço tendem a agravar-se.

Em agosto, o TRF e o TSE assinaram acordo de permuta de

terreno desta Corte pelos prédios atualmente ocupados por aquele tribunal superior. O Senhor poderia explicar resumidamente como seria essa permuta?

O TRF possuía terreno com área aproximada de 30 mil metros quadrados, contígua a lote do TSE, de dimensão análoga. Como são espaços pequenos para abrigar as instalações atuais e futuras de ambas as cortes, fomos consultados pelo TSE sobre a possibilidade de permutar nosso lote pelas instalações onde aquela Corte hoje funciona. Nomeei comissão para estudar a proposta e, após a conclusão dos trabalhos, submeti o ajuste à Corte Especial Administrativa, que o aprovou. Firmamos o termo de permuta e, tão logo aquele Tribunal conclua a construção de sua nova sede, poderemos ocupar o prédio.

Que outras mudanças estão por vir nessa área e quais os benefícios delas para o TRF?

As medidas tomadas para ampliação do espaço desta Corte não afastam a necessidade de construção de nossa sede definitiva. Em futuro, que esperamos seja breve, será construída a nova sede em terreno ao lado do STJ, com dimensões satisfatórias para atender todas as unidades do nosso Tribunal.

Teremos a opção de alojar parte da Corte no prédio do TSE, após a construção de sua sede. Nosso projeto prevê que, depois de concluído nosso prédio, todos os espaços hoje ocupados pelo TRF e os demais – TSE e CJF – passarão à Justiça Federal no Distrito Federal, com imensa área física.

Como o Senhor resumiria este período de mudanças e transformações, resultado de sua administração?

Apesar das dificuldades de toda a ordem, é importante assinalar os bons êxitos alcançados na expansão da Justiça Federal, como as varas instaladas no interior, principalmente os Juizados Especiais Federais, que atuam com o objetivo de integração social de setores desfavorecidos. ■



Solenidade marca o dia do Descarte Central no TRF-1ª Região

Aconteceu, na manhã do dia 11 de novembro, na sala de sessões nº 3 do TRF-1ª Região, o I Dia de Descarte Central de Documentos Administrativos



Desembargador Federal Leomar Amorim descarta o último documento selecionado

da Primeira Região, evento que marcou o fim do trabalho recorde na Justiça Federal brasileira, que destinou à reciclagem mais de seis mil quilos de papel.

Compuseram a mesa da solenidade o Presidente da Comissão de Avaliação de Documentos do Tribunal, Desembargador Federal Leomar Barros Amorim de Sousa, o Diretor-Geral da Secretaria do TRF-1ª Região, Washington Luiz Ribeiro da Silva, a Coordenadora da Comissão Técnica Interdisciplinar para Gestão de Documentos da Justiça Federal e Secretária de Pesquisa e Informação Jurídicas do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CJF), Neide de Sordi, o Diretor da Secretaria Judiciária, Joaquim Felipe Barbosa de Alencastro, e a Diretora da Divisão de Desenvolvimento Organizacional (Didor), Elieusa Guedes Brandão.

O magistrado Leomar Amorim declarou aberta a solenidade e assinou o termo de eliminação de documentos, realizando a fragmentação do último descartado. Em continuidade à solenidade, seguiram-se o

pré-lançamento do documentário sobre o descarte central, a entrega dos certificados de participação aos componentes dos grupos de trabalho de avaliação e seleção dos documentos e a entrega simbólica dos papéis descartados à representante da instituição filantrópica Fraternidade Assistencial Lucas Evangelista (Fale), Jussara Meguerian. A instituição, que atende cerca de 280 pessoas portadoras do vírus HIV e seus familiares, existe há 14 anos e foi contemplada por meio de sorteio. “Essa doação é muito importante para nós, porque a Fale não recebe apoio governamental, apenas auxílio de voluntários”, afirmou.

Por fim, o Desembargador Federal Leomar Amorim, em discurso, fez um retrospecto dos trabalhos desenvolvidos e agradeceu às equipes que participaram da classificação dos documentos. Também participaram do evento juízes federais e o Secretário-Geral da Presidência, Paulo Cardoso. Após a solenidade, os presentes tomaram um café-da-manhã oferecido pelo Banco do Brasil.

Encontro de gestantes

Ocorreu no dia 17, no Salão Nobre, o 5º encontro do grupo de gestantes promovido pela Divisão de Benefícios Sociais (Diben). Os temas tratados na palestra foram predominantemente de natureza administrativa, como a indicação dos hospitais credenciados no Pro-Social, o esclarecimento acerca dos tipos de parto por eles oferecidos, os procedimentos necessários para a internação da parturiente e a inscrição da criança como beneficiária no programa do Tribunal. Foram discutidas, ainda, questões que surgem com a volta da mãe ao trabalho, como a decisão a ser tomada sobre com quem irá ficar a criança.

A coordenadora do berçário, Roberta Costa Matos, também proferiu explicações quanto ao funcionamento do setor e a vacância no local, que comporta apenas 13 crianças. O berçário existe desde outubro de 2002, e, segundo a responsável, já foram atendidas cerca de 60 mães.

A psicóloga Daniella Meira promoveu dinâmica entre as seis participantes, que expuseram, na ocasião, seus depoimentos.



As gestantes do Tribunal e as palestrantes, Roberta Costa e Daniella Meira (ao fundo)

Instalada a primeira vara federal no interior do Piauí



Subseção Judiciária de Picos/PI



Presidente Aloísio Palmeira ao lado do Deputado Paes Landim (à dir.) e (à esq.) do Coordenador da Subseção Sandro Helano, do Prefeito de Picos/PI, Gil Marques, e do Diretor do Foro SJPI, Márcio Braga

A população de Picos/PI e de 43 municípios da macrorregião do Piauí comemorou a chegada da Justiça Federal, no dia 11 de novembro, quando o Presidente Aloísio Palmeira Lima instalou a Subseção Judiciária, em solenidade realizada na sede da nova Vara Federal, na Rua Santo Antônio, n. 74, Centro do município. O evento teve início com o Hino Nacional, tocado pela banda da prefeitura de Picos “Maestro Antônio Lélis”, sob a regência do maestro Miguel Meira.

A solenidade contou com a presença do Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro, do Diretor do Foro da Seção Judiciária do Piauí, Márcio Braga Magalhães, do Coordenador da Subseção do Município, Sandro Helano Soares Santiago, do Prefeito de Picos, Gil Marques, do Deputado Federal Paes Landim, do representante do Governo do Estado do Piauí, Secretário de Governo e Deputado Estadual Kléber Dantas, do representante da Assembleia Legislativa do Piauí, Warton Santos, do representante da Procuradoria Regional da União da 1ª Região, Procurador-Chefe da União/PI, Marcos Luiz da Silva, do Presidente da Câmara Municipal de Picos, Vereador Edilson de Carvalho, entre outras autoridades.

O Presidente Aloísio Palmeira Lima dirigiu os trabalhos solenes do evento, além de cortar a fita de inauguração, de descerrar a placa

inaugural e realizar a primeira distribuição de processos da Subseção Judiciária de Picos, ao lado de outras autoridades.

Ele lembrou o processo de interiorização pelo qual passa a Justiça Federal, tendo instalado varas em alguns estados da Primeira Região, como a Bahia, o Maranhão, Mato Grosso e Minas Gerais: “a interiorização da Justiça Federal representa uma cruzada cívica por vários estados do País para levar a justiça aos cidadãos que não têm acesso a ela”. Disse ainda: “Consideramo-nos novos bandeirantes, desbravadores de sertões e de cerrados, de grotões e de florestas para levarmos a justiça federal ao interior do País”.

O Diretor do Foro da Seção Judiciária do Piauí, Márcio Braga, agradeceu ao Presidente e servidores do TRF e da Justiça Federal do Piauí e a todos que direta ou indiretamente fizeram sua parte em relação a esse dia histórico para o Estado do Piauí. Disse conhecer a felicidade quando a justiça ouve e ampara o cidadão. “Acredito que é essa alegria que nos conduz a vencer tantos desafios em tão pouco tempo”.

O Juiz Federal Sandro Helano coordenará a Vara Federal, julgando causas cíveis, criminais e de juizados federais, contando com 16 servidores concursados que tomaram posse no mesmo evento de instalação.

Municípios jurisdicionados à Subseção Judiciária de Picos/PI

Acauã • Alagoinha do Piauí • Alegrete do Piauí • Aroazes • Belém do Piauí • Betânia do Piauí • Bocaína • Caldeirão Grande do Piauí • Caridade do Piauí • Cural Novo do Piauí • Dom Expedito Lopes • Francisco Macedo • Francisco Santos • Fronteiras • Geminiano • Inhumas • Ipiranga do Piauí • Itainópolis • Jacobina do Piauí • Jaicós • Lagoa do Sítio • Marcolândia • Massapé do Piauí • Monsenhor Hipólito • Novo Oriente do Piauí • Padre Marcos • Paquetá • Patos do Piauí • Paulistana • Pimenteiros • Pio IX • Queimada Nova • Santana do Piauí • Santo Antônio de Lisboa • São João da Canabrava • São José do Piauí • São Julião • São Luís do Piauí • Simões • Sussuapara • Valença do Piauí • Vera Mendes • Vila Nova do Piauí.

Posse

Juíza Federal Substituta é empossada no TRF da 1ª Região

Tomou posse neste Tribunal, no cargo de Juíza Federal Substituta na 1ª Vara de Macapá, capital do Amapá, Olívia Merlin Silva. A solenidade ocorreu na tarde do dia 4 de novembro, sexta-feira, no gabinete da presidência, onde o Presidente Aloísio Palmeira empossou a juíza. Natural de Salvador, a nova magistrada afirmou que espera realizar-se profissionalmente no novo cargo. O Presidente Aloísio Palmeira desejou pleno êxito para a empossada e afirmou: “São os nossos juízes que fazem a Justiça Federal ser respeitada”. Prestigiaram a cerimônia a Desembargadora Federal Neuza Maria Alves, o Secretário-Geral da Presidência, Paulo Cardoso, o Diretor-Geral Washington Ribeiro e os familiares da empossada.



Presidente Aloísio Palmeira ladeado pela empossada e por autoridades



O Presidente Aloísio Palmeira, ladeado pela empossada, Marcela Correia, pelo Secretário-Geral da Presidência, Paulo Cardoso (à esq.), e pelo Diretor da Secretaria de Recursos Humanos, Alex Amorim (à dir.)

Nova assessora de comunicação

O Presidente Aloísio Palmeira empossou, no dia 17 de novembro, a servidora Marcela Correia e Silva, no cargo de Chefe da Assessoria de Comunicação Social (Ascom), no Gabinete da Presidência.

Na ocasião, o Presidente parabenizou a nova assessora de comunicação e agradeceu à servidora Etiene Gomes de Carvalho, antecessora da empossada, pelo “entusiasmo com que cumpriu a função e o relacionamento cordial com a presidência da Casa”.

Compareceram à posse o Secretário-Geral da Presidência, Paulo Cardoso, o Diretor da Secretaria de Recursos Humanos (Secre), Alex Amorim, e servidores da Ascom.

Instalada Subseção Judiciária de Montes Claros - MG



Presidente Aloísio Palmeira discursa na solenidade de instalação da Subseção Judiciária de Montes Claros



Acima, autoridades no momento da inauguração da Subseção Judiciária
Abaixo, sede da Subseção Judiciária de Montes Claros/MG.



O acesso à Justiça Federal, de mais um milhão e 800 mil pessoas do interior de Minas Gerais, já está garantido desde o dia 25 de setembro, quando o Presidente do TRF-1ª Região, Aloísio Palmeira Lima, instalou a Subseção Judiciária de Montes Claros. A cidade, que é nacionalmente conhecida como pólo de desenvolvimento da região e elo entre os grandes centros, é a quarta do interior do Estado a ser contemplada pela lei 10.772/03 com uma vara da Justiça Federal. Em Minas Gerais, dentro do projeto de interiorização, Patos de Minas, São Sebastião do Paraíso e Passos foram as primeiras a contar com os serviços da Justiça Federal. A Subseção Judiciária de Montes Claros terá jurisdição sobre outros 97 municípios circunvizinhos, facilitando o acesso da população que antes tinha de percorrer os 418 km que a separam da capital do Estado, para ajuizar ações da competência da Justiça Federal.

A solenidade aconteceu no Centro Cultural Hermes de Paula e movimentou a cidade com a presença de diversas autoridades dos três poderes e representantes da comunidade civil e militar, entre as quais o Diretor do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, Ricardo Ma-

chado Rabelo; o Prefeito de Montes Claros, Athos Avelino Pereira; o representante da Presidência do TRF da 2ª Região e Coordenador dos JEFs da 2ª Região,

Desembargador Federal Antônio Cruz Netto; o Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, Sebastião Ildeu Maia; o Diretor do Fórum da Comarca de Montes Claros, representando o Corregedor-Geral do TJMG, Juiz de Direito Bruno Terra Dias; e a Juíza Federal Maria Edna Fagundes, que assumirá provisoriamente a Coordenação da nova Subseção Judiciária.

A chegada da Justiça Federal com estrutura de pessoal e sede próprias vem contribuir para o progresso econômico e social da região. Está prevista a atuação de 20 servidores concursados e de dois juízes federais no novo órgão julgador, que inicia seus trabalhos com a demanda de 12 mil processos. A Subseção de Montes Claros funcionará, ainda, como Juizado Especial Federal Adjunto, responsável

pela resolução de causas não-superiores a 60 salários-mínimos.

Para o Presidente Aloísio Palmeira, a instalação da Vara de Montes Claros tem especial significação, tendo em vista a localização privilegiada da cidade, considerada o elo entre os grandes centros. Ele destacou a importância da união para fortalecer as virtudes e o espírito cívico do povo brasileiro. “Com esse espírito é que trazemos a Justiça Federal, certos de que todos nós iremos trabalhar com o intuito de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna”, declarou. Como parte das comemorações, foi oferecido um almoço pela Caixa Econômica Federal no Automóvel Clube, onde se apresentou um grupo folclórico em homenagem ao Presidente do Tribunal.



Juizados Federais a serviço da população no interior do Maranhão e do Pará

IMPERATRIZ/MA



Desembargador Federal I'talo Mendes, Coordenador dos JEFs na Primeira Região, discursa na solenidade em Açailândia/MA

O Coordenador dos Juizados Especiais Federais (JEFs) na 1ª Região, Desembargador Federal I'talo Mendes, esteve em Imperatriz/MA, no dia 24, para a instalação do JEF adjunto à Vara Federal do Município, que aconteceu na sede da Subseção Judiciária.

Também estiveram presentes à solenidade o Presidente do Conselho da Justiça Federal (CJF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ministro Edson Vidigal, o Diretor do Foro da Seção Judiciária do Maranhão, Juiz Federal Roberto Veloso, o Coordenador dos JEFs no Estado, Juiz Federal Nelson Loureiro dos Santos, o Prefeito Ildon Marques – que também representava a Senadora Roseana Sarney –, os Senadores Edison Lobão e José de Ribamar Fiquene, entre outras autoridades.

O Juizado atenderá a população de 28 municípios, além da de Imperatriz, e funcionará no prédio ao lado da Subseção Judiciária.

Juizado itinerante – Pela manhã, o Coordenador I'talo Mendes e demais autoridades foram a Açailândia – a 70km de Imperatriz –, onde se realizou a segunda fase de audiências do juizado federal itinerante na região. Em seguida, houve solenidade de registro da visita oficial ao JEF, no auditório do hotel Santa Maria, com a presença também do Prefeito do Município, Ildemar Gonçalves. Em discurso, o Desembargador Federal I'talo Mendes

afirmou: “onde houver pessoa com sede de justiça nós estaremos”. Disse, ainda, sentir-se honrado por participar do último juizado itinerante de seu mandato, que se encerrou no dia 29.

O Juizado esteve sob a coordenação do Juiz Federal Nelson Loureiro, Coordenador dos JEFs/MA, e teve aproximadamente 4.600 pedidos atermados. As audiências tiveram início no dia 17 e encerraram-se no dia 28. Aconteceu ainda a terceira fase de audiências, de 28 de novembro a 7 de dezembro.

Homenagem – À noite houve a inauguração do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Imperatriz. Na ocasião receberam placas de homenagem, por relevantes serviços prestados à sociedade, o Presidente Aloísio Palmeira Lima, o Desembargador Federal I'talo Mendes – que as recebeu, também em nome do Presidente –, o Ministro Edson Vidigal, Presidente do STJ e do CJF, a Coordenadora da Subseção Judiciária/MA, Edna Márcia Silva Medeiros Ramos, e o Diretor do Foro da Seção Judiciária/MA, Roberto Veloso, duplamente homenageado, em razão de ter sido dado seu nome ao núcleo jurídico. O Diretor recebeu a placa em nome da Coordenadora da Subseção por motivo de licença médica.

MARABÁ/PA



Desembargador Federal I'talo Mendes (2º à esq.) e demais autoridades

Coordenador dos JEFs da 1ª Região instalou também o JEF adjunto de Ma-

rabá/PA, no dia 26, município que fica a 480 quilômetros de Belém. O novo JEF irá facilitar o acesso, à Justiça Federal, de 1,2 milhão de pessoas residentes em 39 municípios da região sudeste do Pará, onde se encontra São Félix do Xingu, um dos maiores em extensão territorial do Estado, com 84 mil quilômetros quadrados. O prédio em que funcionará a nova unidade está situado em área anexa à Subseção Judiciária de Marabá e foi inaugurado logo depois da solenidade de instalação do JEF.

O primeiro processo a tramitar no Juizado Especial Federal Adjunto de Marabá foi distribuído, durante a solenidade, pelo próprio Desembargador I'talo Mendes. O magistrado afirmou, em seu discurso, que considera a instalação do Juizado Federal Adjunto na região sudeste do Pará “uma data histórica” para a Subseção de Marabá. Além de se concretizar como mais um passo para a interiorização da Justiça Federal na região amazônica, o JEF Adjunto, segundo o magistrado, contribuirá para reduzir a distância que ainda separa o Poder Judiciário da sociedade. Acrescentou, ainda, que os anseios da população por uma justiça mais rápida, mais simples e mais barata estão-se tornando uma realidade com o funcionamento dos Juizados Especiais, que se voltam sobretudo para facilitar o acesso da população mais carente ao Poder Judiciário.

Estiveram presentes à inauguração, entre outras autoridades, o Prefeito Municipal de Marabá, Sebastião Miranda, que descerrou a placa de inauguração juntamente com o Desembargador Federal I'talo Mendes; o Juiz Federal Rubens Rollo D'Oliveira, Presidente da Turma Recursal do Juizado Especial Federal do Pará e Amapá; o General-de-Brigada Mauro Pereira Wolf, Comandante da 23ª Brigada de Infantaria da Selva (BIS), e o Presidente da Câmara Municipal, Maurino Magalhães, além de magistrados, procuradores e representantes de órgãos estaduais e federais com sede na região sudeste do Pará.

Assessores de Comunicação do Judiciário e do Ministério Público realizam congresso

Em novembro, a cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, transformou-se na capital da comunicação pública. Cerca de 200 assessores de Comunicação Social dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público estiveram reunidos no período de 14 a 16 de novembro, para discutir temas relacionados à Mídia, Justiça e Cidadania, bem como trocar experiências de iniciativas vivenciadas pelas assessorias em prol de um Judiciário mais acessível. O Congresso Brasileiro de Assessores de Comunicação da Justiça – Conbrascom – 2005 levou à cidade nomes importantes da Justiça e da Comunicação brasileira, firmando-se como um evento de ampla aceitação e reconhecimento técnico entre os profissionais de comunicação, comunidade acadêmica e Justiça. Além de estimular, por meio de debates e conferências, o desenvolvimento de uma política de comunicação voltada para esclarecer o cidadão, o evento buscou contribuir para a democratização das instituições e o acesso à Justiça.

A Ministra Ellen Gracie, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, abriu o evento falando da relevância do papel das assessorias e do trabalho que elas vêm desenvolvendo em todo o País. Segundo a ministra, boa parte da má imagem do Judiciário hoje é consequência da falta de investimento na comunicação pública. Ela citou algumas iniciativas que favoreceram o resgate da imagem do Judiciário, entre as quais a implantação da TV Justiça e o trabalho da assessoria do STF.

Durante o encontro, foram debatidos, ainda, outros temas, como a “Comunicação Pública: uma análise comparada Brasil x EUA”, “A cultura organizacional e as barreiras para o exercício da cidadania”; “A autonomia financeira e a Comunicação nos órgãos da Justiça”; “O acesso à cidadania na era das novas mídias”; “Rádio Justiça e os três anos da TV Justiça: avaliação e perspectivas”; “A qualificação dos assessores da Justiça e a perspectiva da primeira especialização em Comunicação Pública”; “Direitos Humanos, responsabilidade social e comunicação”. A programação também



A Supervisora da Secos do Maranhão, Sônia Jansen, premiada com o trabalho “Os Juizes e a Mídia”



Grupo dos TRFs e das Seções Judiciárias durante a reunião setorial coordenada pela chefe da Ascom, Marcela Correia e Silva

incluiu o debate sobre os “caminhos para uma agenda positiva entre mídia e Justiça: da informação à educação”.

O Congresso é uma iniciativa do Fórum Nacional de Comunicação & Justiça, entidade sem fins lucrativos fundada em março de 2002, ao final do III Encontro Nacional dos Assessores de Comunicação do Poder Judiciário e Ministério Público, realizado em Alagoas. Seu principal objetivo é ampliar o debate sobre a comunicação na Justiça, envolvendo juizes, procuradores, promotores, jornalistas, publicitários, organizações governamentais e não-governamentais, bem como a sociedade civil, de forma a construir organizações onde a comunicação esteja a serviço do cidadão.

Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça – Mais de 110 trabalhos distribuídos em 19 categorias concorreram ao prêmio, que já se encontra em sua 3ª edição. Instituído em 2003 pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça, durante o Encontro Nacional de Assessores de Comunicação do Judiciário e do Ministério Público realizado em Curitiba; tem o objetivo, entre outros, de estimular iniciativas na área da comunicação pública voltadas para o desenvolvimento da cidadania e para a aproximação do Poder Judiciário com a

sociedade, assim como incentivar a troca de experiências e os trabalhos realizados pelas Assessorias de Comunicação do Judiciário e Ministério Público. Neste ano, a comissão coordenadora do prêmio inovou com a criação de três novas categorias: “Endomarketing”, “Relacionamento com a Mídia” e “Projetos Científicos”, esta última voltada para trabalhos acadêmicos e aberta a estudantes de Comunicação que tenham realizado pesquisas relativas à área de Comunicação na Justiça. O TRF da 1ª Região participou com vários trabalhos da Assessoria de Comunicação (Ascom), sendo selecionado entre os três finalistas na categoria “Melhor Programa de Rádio”, com o programa Painel de Notícias, produzido pela Ascom e veiculado na Rádio Justiça todos os domingos, às 10 da manhã. A Seção Judiciária do Maranhão também foi selecionada entre os finalistas das categorias “Melhor Publicação Especial” e “Melhor Identidade Visual”, ficando em primeiro lugar nesta última. Os trabalhos premiados podem ser vistos na página www.conbrascom.com.br.

Ao final do encontro, os assessores reuniram-se em plenário para redigir e aprovar a Carta de Natal, um documento que servirá de base para pautar a comunicação nos órgãos participantes.



Presidente inaugura restaurante na seccional do Maranhão



Presidente Aloísio Palmeira Lima ladeado (da esq. para a dir.) pelo Diretor do Foro da SJMA, Roberto Carvalho Veloso, pelo Desembargador Federal Leomar Amorim, pelo Desembargador Federal aposentado Alberto Vieira da Silva e pelo Advogado Luís Soares.

Como parte da III Semana do Servidor, foi inaugurado no dia 8 de novembro, o restaurante da Seção Judiciária do Maranhão. A solenidade de inauguração contou com a presença do Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Aloísio Palmeira Lima, do Desembargador Federal Leomar Amorim e do Diretor do Foro da Seção Judiciária, Roberto Carvalho Veloso, além do Desembargador Federal aposentado Alberto Vieira da Silva.

Após o descerramento da placa de inauguração, em seu discurso, o Presidente destacou a importância do restaurante para o bem-estar de servidores e juizes, lembrando que esta sempre foi uma preocupação do Tribunal desde o primeiro Presidente, Alberto Vieira da Silva, responsável pela implantação do Pro-Social. O Presidente do TRF, Aloísio Palmeira, também aproveitou para elogiar os pratos típicos da região.

Ao falar para os presentes, o Diretor do Foro, Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso, homenageou Cesário Moreira, um dos mais antigos servidores da seccional, lembrando ter sido este sempre exemplo de solidariedade.

Ao final da solenidade foi servido um coquetel aos presentes.

Estágio voluntário nos JEFs

Neste mês de novembro, cerca de dez jovens do Centro de Ensino Médio 12, em Ceilândia, visitaram o Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Os jovens, que têm entre 10 e 15 anos de idade, participam do projeto de estágio voluntário promovido pela Associação dos Voluntários da Justiça Social (Avejus). Os estudantes iniciarão o estágio nos Juizados Especiais Federais do Distrito Federal. Segundo a Presidenta da associação, Terezinha Meira, o início do estágio nos JEFs torna mais fácil o entendimento por parte dos alunos de sua participação no processo de estágio, além de agilizar a prestação jurisdicional para as pessoas que mais necessitam. Outro ponto que a presidenta destacou é que a prática do juizado é de caráter voluntário e que algumas ações e participações de profissionais na área jurídica também o são.

O projeto Despertar Vocacional tem como objetivo o exercício da cidadania garantida pela “Constituição Federal”, de maneira preventiva, e pretende atuar na orientação das instruções básicas da sociedade, como a família, as crianças e os jovens, capacitando-os a encontrar seu próprio caminho profissional, além de despertar a vocação do aluno.

Os jovens são selecionados, após participarem de testes de português, matemática e informática, seguidos de treinamento, para serem monitores ou estagiários na Justiça. Até os 15 anos, o estágio é voluntário, ao completar 16 anos os jovens participam de estágio remunerado que dura até dois anos.

O número de jovens que participam do projeto da Avejus em Brasília ainda não é preciso. Estatística referente aos dois anos de implantação do projeto aponta aproximadamente 1680 alunos participantes de forma indireta, em palestras, estudos e reuniões, e 300 participantes de maneira direta, estagiando em diversas áreas. Neste ano, o projeto conta com 3000 alunos indiretos e, na prática do estágio, que é resultado mais esperado, apenas 10, que atuam nos juizados federais. Mas Terezinha garante que a meta para o próximo ano é atingir, pelo menos, diretamente, 100 alunos no primeiro semestre e mais 100 alunos no segundo, o que, de acordo com ela, será uma façanha.

Os estagiários esperam do projeto uma prática que lhes possibilite testar seus conhecimentos e despertar a vontade de reaprender para conseguir um trabalho, além do reconhecimento de seu esforço por

parte da sociedade e uma oportunidade de aprender, por meio do trabalho, o caminho da dignidade. Segundo as palavras de Dayanne Souza, uma das beneficiadas do programa, a experiência ajuda a abrir as portas do mercado de trabalho.

A meta final do projeto é que eles alcancem o curso superior em uma faculdade pública e que possam passar em concurso de nível médio para sustentar os estudos e o seu desenvolvimento futuro.

O projeto Estágio Voluntário nasceu em Recife, há seis anos. Na Justiça Federal, o trabalho foi iniciado em junho deste ano.

A associação não conta ainda com contribuição financeira de seus associados, que dependem do apoio do Judiciário para transporte, farda de identificação e seguro obrigatório. Segundo a Avejus, ela será feita conforme o desejo e a aptidão do voluntário.

Diante disso, foram criados dois conselhos, um gestor e outro consultivo. A contribuição financeira não é obrigatória e o valor da contribuição fica a critério de cada contribuinte.

Para mais informações, o número do telefone da Associação dos Voluntários da Justiça Federal é o 3319-9844.

Divisão de Segurança realiza simulação de incêndio

Em uma parceria com o Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar, a Defesa Civil, o Detran e a Secretaria de Segurança Pública do DF, a Divisão de Segurança e Serviços Gerais (Diseg) do TRF-1ª Região realizou, no dia 26 de outubro, o segundo plano de abandono de emergência (simulação de incêndio) do Tribunal, desta vez no edifício Anexo I. A primeira experiência aconteceu em agosto de 2004, no edifício Dona Marta XVIII.

Dentro do prédio, a movimentação foi motivada pelo alarme de retirada. Do lado de fora, helicóptero e caminhões de salvamento do Corpo de Bombeiros, escada magirus e fumaça na cobertura do edifício. Esse foi o cenário visto por servidores, prestadores de serviços e usuários do Tribunal.

“O treinamento é parte integrante do plano de metas apresentado, no início da atual gestão, pela Divisão de Segurança”, informa Agnaldo Dias de Souza, diretor da Diseg. Segundo ele, o simulado de situação de emergência visa alcançar vários objetivos, entre eles: familiarizar os servidores com a prática preventiva de incêndio e testar a capacidade de prevenção dos complexos de combate ao fogo (extintores, rede de hidrantes, etc.).

O diretor da Diseg explica que a elaboração de um plano de abandono exige uma série de ações de bastidores. Ele destaca o trabalho intenso de divulgação para sensibilizar os servidores. “Um exercício dessa natureza, para dar certo, precisa ter a adesão de todas as pessoas que trabalham no prédio que será desocupado. Para isso, fizemos uso de e-mail e de cartazes, e promovemos uma palestra sobre o assunto”, informa Agnaldo Dias, acrescentando: “a participação dos servidores foi muito boa e só ajudou no resultado positivo do treinamento”.

Renata Guimarães Leitão, servidora da Died, foi uma das voluntárias no treinamento. Ela ficou na cobertura do prédio, esperando o salvamento que seria feito pela escada Magirus. “Acho que o exercício de emergência foi muito válido, os bombeiros passaram muita segurança; caso aconteça um incêndio de verdade, tenho



Simulação de incêndio no Ed. Anexo I

certeza que o trabalho da corporação será eficaz”, acredita.

Além da adesão dos servidores do edifício Anexo I e da harmonia no trabalho com as instituições de segurança pública do DF, o diretor da Diseg afirma que as expectativas em relação ao plano de abandono foram superadas graças ao apoio da alta gestão do TRF.

A equipe de segurança do Tribunal participará de uma reunião na Secretaria de Segurança Pública do DF, junto com as instituições que ajudaram na operação, para fazer um balanço geral dos resultados do plano de abandono. “A grande dificuldade que percebemos, e que vamos levar para debate nesse encontro que faremos com nossos parceiros, é a questão da acessibilidade do socorro. O TRF está localizado no Setor de Autarquias Sul, uma área crítica da cidade, onde os carros estacionam de forma

irregular pela falta de um estacionamento mais amplo”, explica Agnaldo Dias.

Outra preocupação apontada pela área de segurança do Tribunal diz respeito à estrutura da via que passa em frente aos edifícios Sede e Anexo I, devido ao túnel que liga os dois prédios. A questão foi levantada, durante o treinamento, por causa do tamanho e do elevado peso das viaturas dos bombeiros. Como o TRF ainda não tem uma definição objetiva da capacidade de resistência das plataformas pelas quais os carros de salvamento teriam que transitar, a viatura de resgate teve que ficar em posição anterior ao local onde passa o túnel.

A partir do diagnóstico do treinamento realizado no edifício Anexo I, a Diseg terá condições de elaborar as diretrizes do terceiro plano de abandono, previsto, segundo seu diretor, para acontecer no edifício Sede, em abril de 2006.



Gente em Destaque

Baixista atrás da câmera



Rafael tocando contra-baixo da marca Cort

De segunda a sexta, o instrumento é a câmera, mas nos finais de semana, Rafael Gomes adere ao baixo e à mesa de som, como DJ, nas festas da cidade. Tudo começou por brincadeira, mas hoje o prestador de serviços Rafael Gomes toca baixo, profissionalmente. Formado em Turismo pelo UniCeub, o assistente de estúdio, há sete meses no setor de áudio e vídeo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, iniciou-se na música vendo o irmão mais velho tocar. O gosto era pela bateria, mas o único instrumento vago para que ele pudesse receber as aulas de música era o baixo. Foi com ele que Rafael teve as primeiras lições.

Baixista da banda Lesto, já se apresentou com o grupo em São Paulo, Curitiba e Goiânia. No Distrito Federal, tocou na Zona “Z”, em frente ao Detran, e na Unb. A banda já tem um selo gravado, o Lesto! Rafael, no entanto, reconhece a dificuldade em tocar no DF, por entender que a capital é apenas pólo exportador de talentos, ao contrário dos grandes centros musicais, Rio de Janeiro e São Paulo. “Existe a dificuldade de se viver da música aqui, como em outros lugares, mas aqui é mais difícil, pois não temos lugares para tocar, e as rádios não nos prestigiam”, relata.

O estilo é o rock misturado com o *black music*. As influências, Arthur Maia e Alberto Continentino, baixistas de Gilberto Gil e Tim Maia, respectivamente. No cenário internacional, admira o trabalho de Robert Trujillo, da banda americana Metallica.

Apesar dos obstáculos, Rafael desenvolve o projeto SomduBom, onde atua como DJ nas festas *black* da cidade, tais como a “Criolina”, no Bar do Calaf – Setor Bancário Sul –, “Frenética e Move” – Setor de Diversões Sul – e o “Mundo Racional” – Arena Futebol Clube, Setor de Clubes Sul – e, ainda, o projeto Coletivo do Rock, que realiza festas que têm o rock como principal atração.

O contra-baixo tem suas origens remotas na Baixa Idade Média, período compreendido entre o Cisma Greco-Oriental (1054) e a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos (1453). Descendente de uma família chamada “violões”, que se dividia em dois grupos, violões de braço e violões de pernas, o contra-baixo é hoje o herdeiro maior e de som mais grave deste segundo grupo.

Fonte: Contra-Baixo Web Site, www.angelfire.com/ak/marcoshenrique/

Quinze anos de música no Tribunal

No dia 28 de outubro, no *hall* do plenário desta Corte, o coral Habeas Cantus realizou apresentação a fim de prestigiar o dia do servidor público e comemorar os 15 anos de existência, no encerramento da exposição “Coral Habeas Cantus – 15 anos de história”. Na ocasião foram prestadas homenagens aos três maestros que já regeram o grupo: o pioneiro Antônio Sarazate, a maestrina Claudia Costa e o atual maestro, Marco Aurélio B. Coutinho.

Durante o evento foi firmada parceria entre o coro e o Sindjus para o pagamento do maestro e da pianista. Para que a parceria pudesse ser concretizada, foi criada a associação Amigos do Coral Habeas Cantus.

Estiveram presentes ao evento a Desembargadora Federal Neuza Maria Alves da Silva, servidores, familiares e amigos dos integrantes.



O maestro Marco Aurélio B. Coutinho rege o coral Habeas Cantus

Artista expõe obras que exaltam a mulher

A exposição que ocupou as paredes do espaço cultural do TRF-1ª Região no mês de novembro, foi a da artista plástica e designer Ana Luiza Mattoso. Intitulada “Arte mulher”, teve início no dia 14 e permaneceu até o dia 25. A paulistana Ana Luiza pinta quadros há cerca de quatro anos, quando o fez para decorar sua casa. Ana é formada em designer pela Universidade de Ribeirão Preto e já fez cursos na área de artes – de artesanato, de pinturas em vitrais e de arranjos. As 26 obras que ficaram expostas possuem um diferencial: possibilitam ao apreciador, além de exercitar o lado visual, conhecê-las por meio do tato. Algumas tinham como tema a mandala, que, segundo a paulistana, “proporcionam autoconhecimento”; e outras, as formas geométricas, cujas linhas vão compondo o conteúdo da tela.

A técnica usada pela designer é a mista com textura – tinta acrílica e aplicações variadas. E o material utilizado são pedras semipreciosas, cristais, sementes brasileiras, folhas, madeira, sisal, barbante.

Quando se perguntou à expositora sobre o porquê do nome da exposição, a artista afirmou que provém da força das mulheres e que sente ser seu trabalho muito feminino.



Ana Luiza ao lado de uma de suas obras que ficaram expostas no TRF

Fonte: <http://members.fortunecity.com/s26mnc/mandala.htm>

A Mandala é um símbolo universal e essencial, de integração harmônica e de transformação. Simboliza a unidade, a totalidade da psique ou self, de que fazem parte tanto o consciente, quanto o inconsciente. “Mandala” é uma palavra em sânscrito que significa “círculo”. Seu desenho utiliza o círculo, símbolo do Cosmo na sua totalidade, e o quadrado, símbolo da Terra ou do mundo construído pelo homem. São formas que representam a harmonia do Cosmo e a Energia Divina e, durante milênios, foram usadas ritualisticamente. É, em essência, um veículo para concentrar a mente e chegar a outros níveis de consciência, prática que vem do Oriente. Meditar com mandala permite que você se abra para a criatividade e facilita o desenvolvimento pessoal e espiritual. A mandala pessoal vem a ser essencialmente o “espelho da alma”, o código pessoal, a viagem interna, o autoconhecimento, a busca do equilíbrio, a integração com o Universo, a experiência mística, a representação do Eu, a história da vida.

Sul de Minas ganha varas federais



Acima, fachada da Subseção de Lavras
Ao lado, Presidente Aloísio Palmeira e
presntes à solenidade de instalação



Acima, convidados
e autoridades civis e
militares
após descerramento
da placa inaugural em
Varginha
Ao lado, Vara instalada
no município



Fachada da Subseção de Pouso Alegre e
solenidade de instalação da Vara Federal no
Teatro Municipal



Nos dias 21 e 22 de novembro, o Presidente Aloísio Palmeira Lima instalou três varas federais no Sul de Minas Gerais, ao lado do Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado, Ricardo Machado Rabelo. Lavras, Varginha e Pouso Alegre foram os municípios contemplados pela Lei 10.772/2003 a receberem as subseções judiciárias locais, que funcionarão também como juizados especiais federais adjuntos.

Nas solenidades dos três municípios, o Presidente inaugurou os prédios onde funcionarão as varas, realizando o desenlace das fitas de inauguração e o descerramento das placas inaugurais, além de fazer a primeira distribuição de processos das três subseções, que funcionarão com pouco mais de 20 servidores cada uma. As três sedes tiveram as instalações abençoadas pelos padres Iliseu Scheneider, em Lavras, Heitor Aparecido Rafael, em Varginha, e, em Pouso Alegre, pelo Arcebispo Arquidiocesano do município, Dom Ricardo Pinto Filho.

O Presidente Aloísio Palmeira considerou uma árdua maratona a instalação das três varas em cidades diferentes, em dois dias; porém disse valer a pena, por saber estar aproximando a justiça federal

daqueles que dela precisam.

LAVRAS/MG

Durante a solenidade, ocorrida no salão de convenções do Vitória Palace Hotel, receberam placa de homenagem o Presidente Aloísio Palmeira Lima, o Ministro Nilson Naves, o Diretor do Foro da SJMG, Ricardo Machado Rabelo, e a Coordenadora da Subseção de Lavras, Regina Torres.

Muitas autoridades estiveram presentes ao evento, como o Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Nilson Naves, representando o Presidente do Conselho da Justiça Federal (CJF) e do STJ, Edson Vidigal; o Desembargador Federal Luiz Gonzaga Barbosa Moreira; a Coordenadora da Subseção Judiciária de Lavras MG, Regina Torres; a Prefeita do Município, Jussara Menicucci de Oliveira; a Procuradora-Chefe Substituta da Procuradoria da República em Minas, Zani Cajueiro de Souza, representando o Procurador-Chefe; o Procurador Omar Serva Maciel, representando a Procuradora Regional da União na 1ª Região; o Presidente da Câmara Municipal de Lavras, Vereador Edson Alves de Abreu; o Diretor do Fórum da Comarca de Lavras, Juiz de Direito Marcelo Paulo Salgado; o

Promotor de Justiça Carlos Alberto Moreira, representando o Procurador-Geral de Justiça; O Deputado Federal Reginaldo Lopes; e o Presidente da OAB de Lavras, Antônio Cunha Vieira.

A Subseção fica na rua Kennedy dos Santos, 40, bairro Santa Efigênia, onde será atendida a população de 29 municípios.

Serão jurisdicionados à Subseção os municípios de Aguanil, Andrelândia, Arantina, Boa Esperança, Bom Jardim de Minas, Bom Sucesso, Campo Belo, Cana Verde, Candeias, Carrancas, Coqueiral, Cristais, Guapé, Ibituruna, Ijaci, Ilícinea, Ingaí, Itumirim, Itutinga, Luminárias, Madre de Deus de Minas, Minduri, Nepomuceno, Perdões, Ribeirão Vermelho, Santana do Jacaré, Santo Antônio do Amparo, São Vicente de Minas.

VARGINHA/MG

A capital da Ufologia também recebeu diversas autoridades para a instalação da Vara Federal, entre elas, o Coordenador dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região, Antônio Sávio de Oliveira Chaves; o Coordenador da Subseção Judiciária de Varginha, Luiz Antônio da Cruz; o Prefeito Municipal, Mauro Tadeu Teixeira; a Procuradora-Chefe Substituta

da Procuradoria da República em Minas, Zani Cajueiro de Souza, representando o Procurador-Chefe; o Procurador Omar Serva Maciel, representando a Procuradora Regional da União na 1ª Região; a Presidente da Câmara Municipal, Meryvone Mansun Bisco; o Diretor do Fórum da Comarca de Varginha, Juiz de Direito Edmundo José Lavinias Jardim, representando o Corregedor de Justiça, Roney Oliveira; o Promotor de Justiça da Comarca de Varginha, Aloísio Rabelo Resende, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais.

A Vara Federal foi instalada em solenidade ocorrida no auditório do Sest/Senat, localizado à rua Professor Carvalho, 313, bairro Semionato, e funcionará na rua Delfim Moreira, 451, Centro, beneficiando 34 municípios.

Municípios jurisdicionados à Subseção: Aiuruoca, Alfenas, Alterosa, Areado, Bependi, Bocaína de Minas, Cambuquira, Campanha, Campo do Meio, Campos Gerais, Carmo da Cachoeira, Carvalhópolis, Carvalhos, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Cordislândia, Cruzília, Divisa Nova, Elói Mendes, Fama, Liberdade, Machado, Monsenhor Paulo, Paraguaçu, Passa Vinte, São Bento Abade, São Tomé das Letras, Santana da Vargem, Seritinga, Serrania,

Serranos, Três Corações, Três Pontas.

POUSO ALEGRE/MG

O Teatro Municipal, localizado na avenida Dr. Lisboa, 205, foi palco da solenidade de instalação da Subseção Judiciária, que atenderá moradores de Pouso Alegre e de 73 municípios, em sua sede, na rua Santo Antônio, 105, Centro.

O evento contou com a presença de muitos convidados e autoridades, entre os quais, o Coordenador da Subseção Judiciária, José Alexandre Franco; o Arcebispo Arquidiocesano de Pouso Alegre, Dom Ricardo Pinto Filho; o Prefeito de Pouso Alegre, Jair Siqueira; a Procuradora-Chefe Substituta da Procuradoria da República em Minas, Zani Cajueiro de Souza, representando o Procurador-Chefe; o Procurador Omar Serva Maciel, representando a Procuradora Regional da União na 1ª Região; o Comandante da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Exército, General de Divisão Luiz Alfredo Jeff; os Deputados Estaduais Dalmo Silva e Francisco Gonçalves; o representante do Presidente da Câmara Municipal, Vereador Paulo Henrique Alves; o Diretor do Fórum da Comarca de Pouso Alegre, Juiz de Direito Antônio Drepp Filho; o Promotor de Justiça Décio Monteiro Moraes, repre-

sentando o Procurador-Geral de Justiça; o Presidente da OAB local, Rafael Simões.

Também será atendida a população dos seguintes municípios na Vara Federal de Pouso Alegre: Alagoa, Albertina, Andradas, Bandeira do Sul, Bom Repouso, Borda da Mata, Botelhos, Brasópolis, Bueno Brandão, Cachoeira de Minas, Caldas, Camanducaia, Cambuí, Campestre, Careagu, Carmo de Minas, Conceição das Pedras, Conceição dos Ouros, Congonhal, Consolação, Córrego do Bom Jesus, Cristina, Delfim Moreira, Dom Viçoso, Espírito Santo do Dourado, Estiva, Extrema, Gonçalves, Heliodora, Ibitiúra de Minas, Inconfidentes, Ipuíuna, Itajubá, Itamonte, Itanhandu, Itapeva, Jacutinga, Jesuânia, Lambari, Maria da Fé, Marmelópolis, Monte Sião, Munhoz, Natércia, Olímpio Noronha, Ouro Fino, Paraisópolis, Passa Quatro, Pedralva, Piranguçu, Piranguinho, Poço Fundo, Poços de Caldas, Pouso Alto, Santa Rita de Caldas, Santa Rita do Sapucaí, São Gonçalo do Sapucaí, São João da Mata, São José do Alegre, São Lourenço, São Sebastião da Bela Vista, São Sebastião do Rio Verde, Sapucaí-Mirim, Senador Amaral, Senador José Bento, Silvanópolis, Soledade de Minas, Tocos do Moji, Toledo, Turvolândia, Venceslau Braz, Virgínia.

Juizados Especiais Federais da Primeira Região têm novo coordenador

No último dia 4 de novembro, o Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves foi empossado no cargo de Coordenador dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região, sucedendo o Desembargador Federal I'talo Mendes, que esteve à frente dos juizados desde outubro de 2003. A eleição do novo coordenador foi feita durante sessão da Corte Especial Administrativa, no dia 27 de outubro.

A solenidade de posse, aberta pelo Presidente Aloísio Palmeira, foi realizada no Salão Nobre. Na ocasião, o Desembargador Federal I'talo Mendes fez um balanço de sua gestão e afirmou que os JEFs constituem embrião da nova justiça, “que está por vir, mais moderna, mais técnica e, acima de tudo, mais próxima da sociedade”, destacou o magistrado. A Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, primeira coordenadora dos JEFs na Primeira Região, homenageou o ex-coordenador. Em seu discurso, a magistrada destacou a dedicação do Desembargador I'talo Mendes à causa dos Juizados “A obra que realizou revelou comprometimento com a igualdade e a universalização da Justiça Federal”. E ainda

desejou sucesso ao Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves.

Em seu discurso, o empossado agradeceu a confiança nele depositada, declarando: “assumo o cargo com entusiasmo e humildade, sabedor das grandes dificuldades e do grande desafio de expansão dos juizados”.

Ao final da solenidade, o Presidente Aloísio Palmeira destacou o alcance social dos JEFs e a importância deles, no sentido de amenizar as desigualdades sociais e suprir as carências dos jurisdicionados.

Prestigiaram a posse o Vice-Presidente do TRF, Mário César Ribeiro, a Corregedora-Geral da Justiça Federal da Primeira Região, Assusete Magalhães, os magistrados Tourinho Neto, Antônio Ezequiel da Silva, Leomar Amorim e Neuza Maria Alves, juízes federais, dirigentes e servidores do gabinete do desembargador empossado e da Coordenação dos Juizados Especiais Federais, Cojef.

Juizados Especiais Federais da 1ª Região: a Justiça mais próxima do cidadão

Os JEFs da 1ª Região são, desde 2002,

uma importante ferramenta para que a Justiça Federal chegue de forma mais célere ao cidadão. Em uma região com proporções continentais como a Primeira (formada por 13 estados e pelo DF), os JEFs tornaram-se essenciais para levar cidadania à população de baixa renda nas capitais e a localidades de difícil acesso, como as comunidades ribeirinhas que vivem na bacia amazônica ou os pequenos municípios no interior da Bahia, por meio da realização de juizados itinerantes fluviais e rodoviários.

Por isso, o TRF-1ª Região tem trabalhado pela expansão dos JEFs, principalmente no interior do País. Só neste ano foram instalados 18 novos juizados, entre varas especializadas, juizados adjuntos e autônomos como serviço destacado. No total, são 55 juizados especiais federais aproximando a população da Justiça Federal.

Além disso, os juizados itinerantes têm atendido a população dos locais mais distantes, carente tanto financeiramente como de informações sobre seus direitos. Foram realizados 25 JEFs itinerantes em 2005, numa média de mais de dois juizados por mês, e atendidas mais de 38 mil pessoas.

Outro destaque dos JEFs na Primeira Região é a virtualização. Com exceção de Goiás, todas as unidades contam com os Juizados Especiais Federais Virtuais. Com a virtualização dos processos, diminui-se o tempo gasto com tarefas burocráticas, permitindo melhor aproveitamento do tempo para serviços tipicamente jurídicos, como a elaboração de minutas de sentenças e decisões, bem como atermações.

Perfil

Natural de Abre Campo (MG), o Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves tomou posse no Tribunal Regional Federal da 1ª Região em 15 de fevereiro de 2001, promovido pelo critério de merecimento. O ingresso na magistratura federal ocorreu em 1988, quando assumiu o cargo de Juiz Federal Titular da 3ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas. Atuou, também, nas seccionais do Espírito Santo e de Rondônia, além de ter sido Juiz Federal Titular da Vara Única de Uberaba/MG, da 4ª e da 13ª Vara da SJ/MG, e exercido jurisdição nas Varas de Uberlândia e de Juiz de Fora/MG.

Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves assina termo de posse.

Desembargador Federal I'talo Mendes fala sobre como foi ocupar o cargo de coordenador dos JEFs

1 - Quando o senhor ingressou no cargo de Coordenador dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região, em outubro de 2003, qual foi o panorama que encontrou?

Quando assumi, em fins de outubro de 2003, na função de Coordenador dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região, já encontrei os Juizados Especiais Federais bem organizados, após profícua gestão da eminente Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida.

2 - Após esse período em que exerceu a função, que balanço o senhor faz desses dois anos à frente da coordenação dos JEFs?

Em relação a esses dois anos em que estive à frente da coordenação dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região, posso dizer que foram dois anos de busca da sua consolidação como um instrumento eficiente de prestação da atividade jurisdicional à sociedade brasileira. Isso se deu, basicamente, através da tentativa de ampliação dos órgãos jurisdicionais ligados aos juizados, a fim de conferir-lhes maior efetividade na entrega da prestação jurisdicional.

E é exatamente nesse contexto que se inserem as instalações de varas federais especializadas em juizados em todas as Seções Judiciárias que integram a 1ª Região da Justiça Federal, e, de igual modo, a instalação de juizados especiais federais nas Subseções Judiciárias de Tabatinga/AM, Uberaba/MG, Uberlândia/MG, Juiz de Fora/MG, Ilhéus/BA, Imperatriz/MA e Marabá/PA, faltando apenas Santarém/PA, onde, todavia, já foram iniciados os contatos necessários a sua efetiva instalação.

Ainda nessa ideia de consolidação dos Juizados Especiais Federais, objetivou-se também ampliar a instalação dos Juizados Especiais Federais Virtuais, como mecanismo para melhorar a eficiência na entrega da prestação jurisdicional. Assim é que foram instalados juizados especiais federais virtuais nas Seções Judiciárias dos estados

do Tocantins, Amapá, Roraima, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Piauí, Amazonas, Pará, Maranhão, Bahia e Minas Gerais, faltando apenas a instalação dos Juizados Especiais Federais Virtuais na Seção Judiciária Federal do Estado de Goiás, havendo, no entanto, a perspectiva de que tal ocorra ainda no início do ano de 2006.

3 - Qual é a importância da implantação do JEF virtual para o tipo de ação julgada nos juizados?

Eu diria que o principal objetivo dos Juizados Especiais Federais Virtuais, sem dúvida alguma, é conferir maior celeridade à tramitação dos feitos processuais, havendo, para que isso ocorra, maior racionalização dos serviços, mediante o intensivo emprego da informática.

4 - E com relação aos itinerantes, qual é a importância para o jurisdicionado e qual o balanço que o senhor faz do trabalho realizado pelos juízes e serventuários da Justiça Federal?

É muito grande a importância dos Juizados Especiais Federais Itinerantes para os jurisdicionados, em particular, claro, para aquele jurisdicionado que está domiciliado em local que não é sede de vara federal e, no mais das vezes, tem dificuldades de toda ordem, inclusive financeira, para se deslocar até o local onde funciona a vara ou juizado federal. Pensando nisso, é que, através dos itinerantes, a Justiça Federal desloca-se até locais onde se vislumbra uma perspectiva de dificuldade de acesso à Justiça Federal, para colocar-se à disposição do cidadão.

Sem dúvida alguma, é um belíssimo trabalho realizado silenciosamente pelos juízes e serventuários da Justiça Federal, com imensa e inestimável repercussão social, o que me leva a considerar os juizados especiais federais itinerantes como uma das mais importantes conquistas da sociedade brasileira no que se refere ao Poder Judiciário e, naturalmente, ao acesso à Justiça.

5 - Qual é o benefício da uniformização de jurisprudência realizada pela

Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência das Turmas Recursais dos JEFs?

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região instalou a Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais em 19 de novembro de 2004, devendo ser ressaltado que, nesse período de aproximadamente um ano, a Turma Regional de Uniformização julgou cerca de 4.417 processos, já tendo, inclusive, editado três súmulas de jurisprudência, o que mostra, nesse pouco tempo de existência, sua importância para o Juizado Especial Federal da 1ª Região.

Deve ser ainda acrescentado que a Turma Regional de Uniformização busca, como o nome já está a indicar, a uniformização da jurisprudência no âmbito das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região, evitando, sempre que possível, decisões díspares e propiciando, assim, maior segurança às decisões judiciais e às partes.

6 - Na sua opinião, o que representará, no futuro, a atuação dos JEFs para a cidadania no Brasil?

Ao longo do período em que estive à frente da coordenação geral dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região, vislumbrei os juizados à luz do seguinte lema: Juizados Especiais Federais: Justiça, Cidadania e Dignidade, pois, no meu modo de ver, os juizados especiais federais têm as suas bases filosófica e jurídica assentadas no trinômio: justiça, cidadania e dignidade.

Assim, penso que o Juizado Especial Federal tem uma função que transcende à resolução das lides eventualmente havidas entre os cidadãos e os entes públicos federais, naquelas causas cujo valor não exceda a 60 salários-mínimos. É que os Juizados Especiais Federais, pela sua natureza e facilidade de acesso, também são vocacionados para a formação de um cidadão cômico dos seus direitos e deveres, além da certeza e confiança no funcionamento das instituições de seu país, em particular, do seu poder judiciário.



Aposição de fotos de magistrados

Aconteceu, no dia 16 de novembro, no salão nobre desta Corte, a cerimônia de aposição dos

retratos dos Desembargadores Federais Antônio Augusto Catão Alves, na galeria de presidentes; Carlos Fernando Mathias de Souza, na de vice-presidentes; Leomar Barros Amorim de Souza e Neuza Maria Alves da Silva, na galeria de membros da Corte.

O Desembargador Federal Catão Alves foi o primeiro a ter o retrato na galeria, na condição de oitavo Presidente desta Casa. O descerramento da foto foi realizado pela esposa do magistrado, Francisca Carvalho Guimarães. Na galeria de vice-presidentes, houve a aposição do retrato do Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias, também descerrado pela esposa do homenageado, Maria Luíza Mathias de Souza.

Os magistrados Leomar Barros e Neuza Maria Alves da Silva passaram a compor a galeria de membros da Corte. Em virtude de ambos estarem participando do 22º Encontro Anual da Ajufe, não puderam presenciar a cerimônia e o descerramento de seus retratos, que foi realizado pelo Presidente do Tribunal, Aloísio Palmeira.

Na oportunidade, o Presidente Aloísio Palmeira fez um discurso em homenagem aos quatro desembargadores federais e destacou a importância de cada um deles para o funcionamento do TRF. Afirmou, ainda, que “todos os homenageados estão fazendo, com grande honra, a história deste Tribunal”.

Também estiveram presentes à solenidade a Corregedora-Geral Assusete Magalhães, os Desembargadores Federais Maria do Carmo Cardoso e Jirair Meguerian, com sua esposa, Jussara Meguerian, o Ministro do Itamaraty Sérgio Cury, juízes federais, o Secretário-Geral da Presidência, Paulo Cardoso, membros do Ministério Público e da Advocacia-Geral da União, representantes do Banco do Brasil, dirigentes e servidores deste Tribunal.

Ao final da solenidade, o Banco do Brasil ofereceu um coquetel aos presentes.



Presidente Aloísio Palmeira durante discurso de encerramento da solenidade



Presidente ladeado pelos desembargadores federais homenageados

Pânico

“De repente minha glote fechou e não consegui mais falar ou respirar. Meu coração disparou e uma dor muito forte começou a apertar meu peito. Meus braços e pernas ficaram dormentes, meus dedos se curvaram, minha pressão começou a baixar e minha boca ficou amarga. Não escutava e nem enxergava de forma clara, e só pensava: “É o começo do fim... estou morrendo...” Para quem não sabe, é este um relato típico da pessoa que está passando por uma crise de pânico. Sensações desagradáveis que aparecem, em geral, sem uma causa aparente e que levam a crer que o paciente está sendo acometido por uma doença cardíaca.

E é, justamente, por conta desse pensamento de morte iminente que, após sofrerem as primeiras crises, os que são acometidos pelo Pânico procuram um pronto-socorro. No entanto, logo ficam incrédulos ao escutarem dos médicos que não possuem qualquer problema físico, mas um transtorno relacionado à esfera emocional. Com esse diagnóstico, essas pessoas se vêem perdidas e envergonhadas e, às vezes, submetem-se de forma desnecessária a inúmeros exames médicos para tentarem comprovar a existência de doenças físicas e até para justificarem a natureza de suas queixas. Por isso, é muito comum que o paciente, antes de chegar a um psiquiatra (médico indicado para tratar pacientes com Pânico), procure primeiro outros especialistas, como cardiologistas e neurologistas.

Segundo informações do site “psiqueweb”, mesmo depois de parcialmente convencido, o paciente continua ainda a recusar o tratamento por conta dos medicamentos. Uma parte desses pacientes reluta em usar remédios devido ao próprio medo ocasionado pelo pânico e, às vezes, relutam ao tratamento medicamentoso pelo estigma de quem usa psicofármacos, “...aqueles horríveis remédios que dopam”, “que viciam”, “de gente maluca”, etc.

Crise – Normalmente, uma crise de pânico dura de 10 a 20 minutos e, com certeza, é uma das mais angustiantes situações que podem acontecer a alguém. Grande parte das pessoas que já teve uma crise, tem grande probabilidade de ter outras, principalmente, se não se tratarem. No caso de repetidas crises, geralmente desencadeadas pelo medo ou ansiedade de se terem outras, diz-se que tais pessoas possuem o Transtorno do Pânico.

Diferentemente de outros tipos de ansiedade, o Transtorno do Pânico caracteriza-se por crises súbitas, sem fatores desencadeantes aparentes. Quando o nível de ansiedade e do medo de uma nova crise atinge grandes proporções, a pessoa que tem o transtorno pode tornar-se incapaz de dirigir um carro, viajar de avião ou, até mesmo, de colocar o pé fora de casa. Neste caso, diz-se que a pessoa tem Transtorno do Pânico com Agorafobia.

Para aqueles que menosprezam o Transtorno do pânico, é importante lembrar que se trata de um problema sério de saúde. Na verdade, um desequilíbrio na produção de substâncias responsáveis pela comunicação entre os neurônios, os chamados neurotransmissores. No pânico, os neurotransmissores que se encontram em desequilíbrio são a serotonina e a noradrenalina, que, dessa forma, levam algumas partes do cérebro a transmitir informações e comandos incorretos. No caso do pânico, existe uma informação incorreta que alerta e prepara o organismo para uma ameaça ou perigo que na realidade não existem.

Perfil – Estima-se, hoje, que de dois a quatro por cento da população mundial sofre desse transtorno. As mulheres são mais acometidas pelo mal, na proporção de três para um, em sua maioria são pessoas jovens, com faixa etária de 21 a 40 anos, na plenitude de suas vidas profissionais. Em geral são pessoas extremamente produtivas

na profissão e que costumam assumir uma carga excessiva de trabalho e responsabilidades. São também bastante exigentes consigo mesmas e, normalmente, possuem tendência a se preocuparem de forma excessiva com problemas muitas vezes simples.

Como quase sempre essas pessoas ignoram as necessidades físicas do corpo, ficam predispostas a situações de estresse acentuado, o que pode desencadear o aumento intenso da atividade de determinadas regiões do cérebro e, conseqüentemente, um desequilíbrio bioquímico e o surgimento do Transtorno do Pânico.

A característica essencial de um ataque de pânico é um período distinto de intenso medo ou desconforto acompanhado por pelo menos quatro dos treze sintomas físicos citados abaixo. O ataque tem um início súbito e aumenta rapidamente, atingindo um pico, em geral, em 10 minutos, acompanhado por um sentimento de perigo ou catástrofe iminente e um anseio por escapar. Os 13 sintomas físicos são os seguintes:

1 – palpitações; 2 - sudorese; 3 - tremores ou abalo; 4 - sensações de falta de ar ou sufocamento; 5 - sensação de asfixia; 6 - dor ou desconforto torácico; 7 - náusea ou desconforto abdominal; 8 - tontura ou vertigem; 9 - sensação de não ser ela(e) mesma(o); 10 - medo de perder o controle ou de “enlouquecer”; 11 - medo de morrer; 12 - formigamentos; e 13 - calafrios ou ondas de calor.

Segundo o site “psiqueweb”, hoje existem, praticamente, três classes de medicamentos disponíveis para o tratamento do Transtorno do Pânico: antidepressivos, ansiolíticos e betabloqueadores. O tratamento não-medicamentoso também tem sido de inestimável valor, como a terapia cognitiva e comportamental, caminhadas diárias, ioga, massagem relaxante, dieta equilibrada e acupuntura.

Visitas

Juíza da Corte Portuguesa visita Tribunal



Juíza Federal ladeada pelo Desembargador Federal Carlos Olavo e pelo Professor António Pedro

A Juíza do Tribunal Criminal de Lisboa, Maria de Fátima Mata Mouros, e o Professor da Universidade de Lisboa, António Pedro Barbas Homem, estiveram nesta Casa, no dia 4 de novembro, sexta-feira.

O roteiro da visita iniciou-se pelo gabinete do Desembargador Federal Carlos Olavo, que conduziu os magistrados ao Plenário, onde assistiram à sessão da Corte Especial, ocasião em que o Presidente Aloísio Palmeira deu as boas-vindas aos visitantes.

A juíza e o professor também visitaram as instalações da Biblioteca, da Divisão de Divulgação Institucional e os estúdios de rádio e de TV do Tribunal, a fim de conhecerem o funcionamento dos setores.

Na oportunidade, a magistrada Maria de Fátima afirmou ser de grande importância a discussão em público dos pormenores do processo, como é feito no Tribunal, pela transparência dada aos julgamentos.

Programa Bem-Vindo atrai estudantes

No mês de outubro visitaram o Tribunal crianças e adolescentes. No dia 21, conheceram as instalações desta Corte cerca de 27 crianças, de 10 a 13 anos, que cursam a 4ª série do ensino fundamental da Escola Classe Varjão. Um dos objetivos da visita foi proporcionar à criançada maior aprendizado e contato com o ambiente jurisdicional. Os professores que acompanharam os visitantes foram Fabrício dos Santos e Fátima Pereira.

Os estudantes assistiram ao vídeo institucional do Tribunal e presenciaram, ainda, uma sessão de julgamento na sala de sessões nº 1. Logo em seguida, os alunos dirigiram-se aos estandes da X Feira de Saúde e V Expo Qualidade de Vida, que ocorreu naquela semana.

A outra visita de estudantes ao TRF aconteceu na sexta-feira, dia 28, e foi promovida pela Associação dos Voluntários da Justiça Social (Avejus), que engloba, além dos TRFs, o STJ, o CJF e a Justiça Federal. Os 10 adolescentes, de 15 a 16 anos, são estudantes do Centro de Ensino Médio 12, da Ceilândia.

O projeto visa à inclusão de jovens na Justiça Federal por meio de estágio voluntário. Os estudantes começarão a trabalhar nos Juizados Especiais Federais, no dia 28 de novembro, e existe a possibilidade de serem remunerados pelo trabalho depois de seis meses de atividades.



Alguns dos estudantes que visitaram o Tribunal exibem mudas de alface distribuídas na Feira de Saúde

Conhecendo o Tribunal

Saiba o que faz a Assessoria de Assuntos da Magistratura



A diretora da Asmag, Elza Cezetti, ladeada pela equipe da assessoria

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região conta com a Assessoria de Assuntos da Magistratura (Asmag) para coordenar as atividades relativas à legislação, informações cadastrais e assentamento individual dos magistrados do Tribunal e das Seções Judiciárias da Primeira Região. O objetivo principal desta assessoria é fazer a manutenção do cadastro dos magistrados, acompanhar a legislação, jurisprudência e doutrina aplicáveis à situação dos magistrados e orientar a instrução de processos de pagamento, concessão de vantagens financeiras, licenças, afastamentos e direitos dessas autoridades.

Para manter o cadastro atualizado de todos os juízes da Primeira Região, a Asmag tem o auxílio de dez servidores, uma prestadora de serviços e três estagiários. Para a diretora da assessoria, Elza Cezetti, tanto a estrutura física como a de pessoal estão aquém das necessidades da unidade. “A estrutura da Asmag permaneceu quase inalterada ao longo desses 16 anos, enquanto que o número de magistrados mais do que quadruplicou, aumentando de forma considerável o volume de trabalho desenvolvido por esta assessoria”, explica a diretora. Entre os servidores da Asmag, está Eunice Pasini, que trabalha há 12 anos na unidade. A servidora revela onde está a

carência maior da Asmag: na estrutura física e mobiliária, que, para ela, não atende a contento as necessidades da unidade. Mas ressalva a relevância do trabalho desenvolvido pela assessoria para o Tribunal. “O mais importante é a prestação de atendimento rápido e eficaz aos magistrados, já que a Asmag tem competência típica de recursos humanos”, afirma Eunice. A Assessoria de Assuntos da Magistratura é organizada nas seguintes seções:

Seção de Cadastro de Magistrados (Secam) – mantém e atualiza o cadastro dos magistrados, ativos e inativos, do Tribunal e das Seções Judiciárias.

Seção de Acompanhamento e Controle de Assentamentos Funcionais (Seasf) – registra, organiza e mantém atualizado o assentamento individual dos magistrados; acompanha o quantitativo dos cargos providos e vagos da magistratura.

Seção de Legislação da Magistratura (Selem) – mantém atualizada a legislação aplicável à situação funcional dos magistrados do Tribunal e respectivas Seções Judiciárias. Faz a instrução de processos administrativos, emissão e expedição de atos, portarias, ofícios, telex. Efetua, ainda, lançamentos de dados no sistema informatizado.



Convênio de cooperação financeira

O processo de interiorização da Justiça Federal conta agora com o apoio do Banco do Brasil. No dia 27 de outubro, o Presidente do TRF-1ª Região, Desembargador Federal Aloísio Palmeira, e o Vice-Presidente de Agronegócios e Governo do Banco do Brasil, Ricardo Conceição, assinaram convênio de concessão de recursos financeiros que auxiliará a viabilizar a instalação de varas no interior do País.

O ajuste prevê a compra de equipamentos de informática para modernização do centro de processamento de dados do Tribunal, onde ficarão centralizados os sistemas das novas varas federais e, ainda, a compra de veículos para as novas subseções judiciárias. Segundo o Diretor-Geral do Tribunal, Washington Ribeiro, trata-se de um aditivo do convênio – firmado em 2004 – que possibilitou a informatização das salas de seções e a entrega de 259 equipamentos de informática ao TRF.

Para o Presidente Aloísio Palmeira, o acordo vem suprir a escassez de recursos públicos. “Sabemos que o orçamento não atende nossas necessidades, e esse convênio destina-se exatamente à aquisição de bens que são indispensáveis ao funcionamento dessas novas varas”, explicou o magistrado.

O desembargador ressaltou, ainda, a importância de poder



Presidente Aloísio Palmeira e Vice-Presidente de Agronegócios de Governo do BB, Ricardo Conceição, assinam o contrato no salão nobre do TRF

estar levando com maior velocidade a Justiça Federal à população que reside no interior do País e que não tem acesso fácil às capitais.

Com a iniciativa, o Banco do Brasil fortalece a parceria com o Tribunal para levar a Justiça Federal ao maior número possível de cidadãos. Segundo o vice-presidente do Banco do Brasil Ricardo Conceição, a parceria está exatamente na direção dos propósitos do banco. “É uma alegria muito grande contribuir para que a Justiça melhor atenda esses cidadãos. Para o banco, significa o fortalecimento dessa relação que temos com o Tribunal”, afirmou.

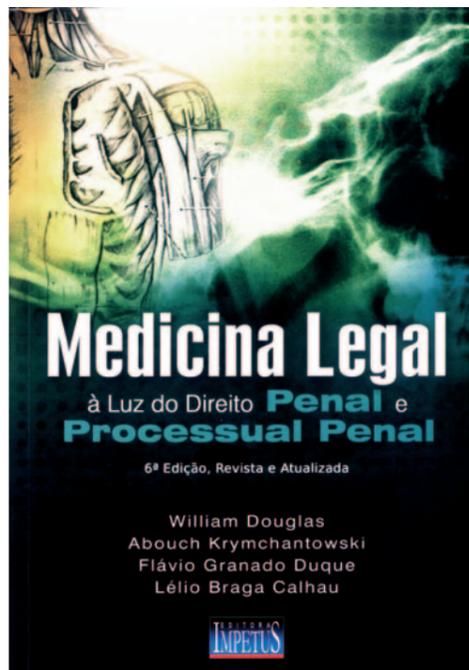
O prazo previsto para adquirir os equipamentos de informática e os veículos para as novas varas federais é de 120 dias.

Livro

Medicina Legal à Luz do Direito Penal e Processual Penal

Obra elaborada por dois professores da área jurídica e por dois médicos com ampla atuação no campo médico legal e criminal, “Medicina Legal à Luz do Direito Penal e Processual Penal” constitui uma dessas raras oportunidades em que estão conjugados os conhecimentos na área do Direito e da Medicina.

O próprio conceito de medicina legal exige referência às duas ciências, já que a medicina legal é um conjunto de conhecimentos médicos destinados a auxiliar o Direito na elaboração e execução de dispositivos legais que deles carecem. No campo criminal, a medicina legal tem-se tornado, a cada dia, mais



imprescindível. Como salientado na introdução da obra, saber mais na área penal inclui ter conhecimentos básicos de medicina legal.

William Douglas, juiz federal da Justiça do Rio de Janeiro, mestre em Direito e professor universitário, Abouch Krymchantowski, mestre e doutor em Neurologia – atua como oficial médico da Polícia Militar do Rio de Janeiro –, Flávio Granado Duque, médico – atua por vezes em perícias judiciais –, e Lélío Braga Calhau, professor universitário, mestre em Direito e promotor de justiça do MP de Minas Gerais, são os autores da obra.

Decisões das Seções

Suspensão projeto que visa à transposição do Rio São Francisco



BAHIA

Concedida pelo 14º juízo da Justiça Federal da Bahia a liminar para suspensão do procedimento de licenciamento ambiental - que se encontra em tramitação no Ibama - para a obra de transposição do Rio São Francisco, bem como dos efeitos da licença prévia 2000/2005 concedida pelo Ibama; a abstenção por parte do instituto da concessão da Licença de Instalação para o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional; e, por parte da União, de qualquer ato tendente à concretização do Projeto de Integração, como a efetivação da licença pública já em curso ou contratações porventura necessárias.

Alegou o Ministério Público que a continuidade do processo de licenciamento sem correção das ilegalidades estaria por contaminar todo o processo, pois cada etapa inicial vicia necessariamente a próxima e ainda vem, segundo o órgão ministerial, consubstanciando desrespeito ao meio ambiente, diante de inúmeras falhas no levantamento que mensura o impacto do empreendimento sobre a vida das comunidades indígenas, de pescadores e ribeirinhas e ainda da flora e fauna. Sem mencionar a ausência de estudos que identifiquem os sítios arqueológicos e outros aspectos ligados ao meio físico.

Segundo a juíza Cynthia de Araújo Lima Lopes, são muitas as incertezas que rondam a realização da obra, o que justifica a concessão da liminar. A própria equipe técnica do Ibama apontou, em parecer, a insuficiência de dados técnicos a comprometer o Estudo de Impacto Ambiental (EIA). A decisão aponta também a questão do desrespeito ao princípio da participação popular, ficando a população diretamente afetada do processo decisório. Outro vício considerado de peso pela decisão foi a falta de autorização do Congresso Nacional para a implantação de grande empreendimento que envolve área indígena. Finalizou a juíza que as omissões apontadas no EIA comprometem a própria validade do licenciamento ambiental concedido, lembrando, ainda, a magistrada a importância de se respeitarem os princípios constitucionais que protegem o meio ambiente.

O juiz federal de Uberlândia determinou ao INSS que desconsidere em todo território nacional, para efeito de cálculo da renda familiar a que se refere a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), tanto para idosos quanto para os deficientes, qualquer benefício previdenciário de valor igual ao salário-mínimo concedido a outro membro do mesmo grupo familiar do postulante ao benefício assistencial previsto na lei. Determinou também que o órgão procedesse à revisão de todos os benefícios assistenciais indeferidos após a edição do Estatuto do Idoso.

O Juiz Leonardo Estevam de Assis Zanini explicou que a interpretação restritiva estabelecida na IN 95/2003 dada pelo INSS não atendeu ao princípio da razoabilidade, da isonomia e da dignidade da pessoa humana. Segundo o magistrado, a situação retratada extrapola, em muito, o razoável numa política pública de amparo social, pois seria o mesmo que dizer que a família que percebe um salário-mínimo mensal, oriundo de benefício assistencial, pode ter outro membro de seu grupo percebendo o mesmo benefício, ao passo que, quanto a outra família, em condições sociais mais desfavorecidas, se um de seus integrantes já recebe aposentadoria de um salário-mínimo, o outro, mesmo que cumpra com os demais requisitos legais, não poderá ser titular de um benefício assistencial.

Autorizada derrubada das construções no Condomínio Habitacional Ouro Verde

Negado pela 2ª Vara Federal do DF pedido para que a Polícia Federal se exima da prática de qualquer ato para promover a derrubada das construções já existentes no Condomínio Habitacional Ouro Verde.

Criado pelo decreto municipal nº 41, de 29 de outubro de 2004, o condomínio surgiu do parcelamento de solo da Fazenda “Vendinha” e teve sua regularidade contestada em ação civil pública datada de junho de 2005. Em liminar, o juízo de 1º grau proibiu a continuidade do loteamento e conseqüente desmatamento da área para as construções. Sendo assim, após a liminar, nenhuma benfeitoria poderia ter sido feita.

Segundo a Juíza Federal Lídia Botelho Neiva, o descumprimento da decisão judicial constatado por relatório do Ibama autoriza a intervenção da Polícia Federal. Acrescentou a magistrada não ter havido comprovação pela parte do momento em que fora realizada a construção de seu imóvel, se antes ou depois de concedida a liminar para paralisação das obras. Dessa forma, não há como acolher o pedido de suspensão dos atos da Polícia Federal.



MINAS



DF



Colegiado do CJF realiza sessão e aprova criação de cargos

O Presidente Aloísio Palmeira participou, no dia 18 de novembro, no TRF-3ª Região, em São Paulo, juntamente com os demais membros do colegiado, de mais uma sessão ordinária do Conselho da Justiça Federal presidida pelo Ministro do STJ, Edson Vidigal.

Na ocasião, os conselheiros assistiram à demonstração do projeto “Sistema de Automação da Reunião do Conselho”, que disponibilizará antecipadamente a cada membro, por meio de cadastro individual eletrônico, o acesso à ata das reuniões e aos processos sob sua relatoria, permitindo aos magistrados dispensarem maior tempo às discussões durante as reuniões.

Entre outros fatos que marcaram a reunião, foi apresentada a versão eletrônica do Diário Oficial *on-line* para o portal do CJF. Prevista a implantação em primeiro de dezembro, a novidade representará “uma economia de aproximadamente cinco milhões de reais, em comparação com a publicação escrita da imprensa oficial, e representará mais um passo contra a morosidade do Judiciário”, afirmou o Ministro Edson Vidigal.

A pauta do dia foi iniciada com a votação do anteprojeto de lei que aumenta o número de desembargadores federais dos TRFs. Aprovada por unanimidade, a proposta prevê para o TRF-1ª Região a criação de 24 novos cargos de desembargadores. Ao todo serão, então, 51 desembargadores federais no TRF da Primeira Região.

Ao proferir o voto, o Presidente Aloísio Palmeira lembrou o número de desembargadores federais que hoje trabalham na Casa, com um total de 300 mil processos, e que, em breve, será iniciada a transferência das unidades administrativas do Tribunal para o antigo prédio do CJF, cedido ao Órgão com o objetivo de proporcionar novos espaços e criar novas instalações para abrigar os magistrados. O Ministro Vidigal informou que,

apesar de feita a cessão, outros órgãos públicos não desistiram da idéia de ocupar parte do prédio, o que leva a crer ser importante a mudança das unidades do TRF-1ª Região o mais rápido possível.

Teve pedido de vista a proposta de resolução que dispõe sobre a instalação dos JEFs virtuais adjuntos, sob a supervisão administrativa do CJF, em localidades não-atendidas por varas jurisdicionais tradicionais.

Foram aprovados, por unanimidade, a proposta de resolução que institui a rádio Cidadania e o termo de cooperação técnica entre o Ministério da Justiça, o Ministério das Comunicações e o Conselho, para disponibilização de serviços judiciais nos pontos de conexão do governo eletrônico de serviço de atendimento ao cidadão (Gesac).

O Colegiado aprovou, por maioria, a licença-prêmio aos magistrados da Justiça Federal. A votação do subsídio mensal dos magistrados da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, objeto do processo 2005.16.3320, ficou suspensa, atendendo-se a sugestão do presidente do TRF-5ª Região, Desembargador Federal Francisco de Cavalcanti. Para o Desembargador Cavalcanti, a questão deve ser avaliada minuciosamente pelos membros.



Foto: Jorge Campos/STJ

Conselheiro Aloísio Palmeira Lima (à dir.) e membros do CJF

Ao final, o Ministro José Arnaldo da Fonseca, Coordenador-Geral do colegiado, que deixará o cargo em razão de sua aposentadoria, foi homenageado pelos conselheiros. Na ocasião, o Presidente Aloísio Palmeira dedicou palavras de reconhecimento ao companheiro pela dedicação ao serviço público e destacou, entre outras qualidades, a generosidade do amigo ao afirmar que “o trabalho é o alimento das almas generosas”. Revelou ainda que, em reconhecimento aos méritos do magistrado, o Tribunal homenageará o Ministro com a comenda Nelson Hungria. A coordenadoria-geral passará a ser exercida pelo Ministro Fernando Gonçalves, que, em breve discurso, desejou felicidades ao amigo em sua nova jornada.

Transmissão simultânea da sessão do CJF – A última sessão ordinária do CJF, realizada em São Paulo (SP), foi transmitida em tempo real, para os cinco Tribunais Regionais Federais, por meio da tecnologia de videoconferência. Neste Tribunal, a transmissão ocorreu na sala de sessões nº 2 e foi organizada pela Secretaria de Informática. Segundo o Diretor da Secin, Marcos Barbosa, o TRF-1ª Região utilizou tecnologia já disponível na Casa para a primeira transmissão de sessão do conselho.

Juíza federal em auxílio à Cojef participa de encontro

A Juíza Federal em auxílio à Cojef, Geneviève Grossi Orsi, participou do I Encontro Nacional dos Juizados Especiais Estaduais e Federais, no auditório do Supremo Tribunal Federal, sala de sessões da 1ª Turma. O evento, que aconteceu nos dias 10 e 11 de novembro, teve por objetivo analisar pesquisas e dados estatísticos das tendências dos Juizados Especiais e fixar os planos de implantação de ações estratégicas e operacionais.

A magistrada participou do painel Grupo de Trabalho dos Juizados Federais, quando foi discutido o planejamento de ações a serem colocadas em prática no próximo ano para melhoria dos JEFs.

Um dos destaques da reunião foi a apresentação e a discussão do diagnós-

tico sobre os Juizados Especiais Federais (JEFs), realizado pela Secretaria de Pesquisa e Informação Jurídica do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) do Conselho da Justiça Federal (CJF). O diagnóstico foi apresentado pela secretária de Pesquisa e Informação Jurídica do CEJ/CJF, Neide de Sordi. O diagnóstico consistiu na realização de seminários, fóruns de debates, visitas e entrevistas com juízes e servidores e pesquisa qualitativa para conhecer a situação dos juizados e planejar a realização de ações de melhoria, e teve como um de seus resultados a constatação da ausência de juízes mais experientes trabalhando nos juizados visitados. Na maioria deles, atuavam apenas juízes substitutos e recém-empossados.



Juíza Federal em auxílio à Cojef, Geneviève Grossi Orsi

Ajufer abre Concurso Nacional de Monografias

Dividido em duas categorias, o I Concurso Nacional de Monografias da Associação dos Juizes Federais da 1ª Região tem como tema “A Justiça Federal de Primeira Instância: Propostas de Aprimoramento”. O objetivo, segundo a Presidente da Ajufer, Juíza Federal Solange Salgado, é identificar idéias e iniciativas que podem ser implementadas para a melhoria da prestação jurisdicional nas varas da justiça federal da Primeira Região.

Na categoria Associado, a premiação é de R\$ 7.000,00 para o 1º Lugar, R\$ 2.000,00 para o 2º Lugar e R\$ 1.000,00 para o 3º Lugar. O vencedor ainda terá a oportunidade de apresentar seu trabalho no IV Encontro Anual da Ajufer, que será realizado no primeiro semestre de 2006.

Na categoria “Não-Associado”, o vencedor ganhará R\$ 3.500,00. A premiação para o 2º e o 3º colocado será

de R\$ 1.000,00 e de R\$ 500,00, respectivamente.

O trabalho deverá ser individual, não sendo aceita co-autoria. Não será permitida, também, a apresentação de mais de um trabalho por autor.

A ficha de inscrição, disponível na sede e na página da Aufer (www.ajufer.org.br), deverá ser integralmente preenchida e entregue em envelope lacrado juntamente com uma cópia do trabalho em disquete e cinco cópias impressas. No envelope deverá constar o nome do remetente e, junto ao destinatário, a referência de tratar-se de inscrição ao I Concurso Nacional de Monografias da Ajufer. Obrigatoriamente, o trabalho deverá ser inédito e original. Não poderá conter em seu texto qualquer dado que identifique o autor ou qualquer tipo de dedicatória.

De acordo com a Ajufer, a divulgação

do resultado e a entrega dos prêmios ocorrerão em data a ser oportunamente divulgada no site da associação. Os trabalhos premiados em primeiro lugar, em cada categoria, serão apresentados pelo autor no IV Encontro Anual da Ajufer e serão impressos para distribuição aos magistrados federais do Brasil.

As inscrições podem ser feitas até o dia 18 de fevereiro de 2006, e a ficha de inscrição junto com o trabalho devem ser entregues na sede da Ajufer, no SAUS, quadra 3, bloco “C” – edifício Business Point, 3º andar, salas 310/311 – CEP: 70070-934 – Brasília/DF. Não serão aceitos trabalhos entregues fora do prazo fixado no edital e, quanto aos trabalhos enviados por correspondência, a data da postagem será considerada para efeitos de comprovação de recebimento até a data limite.

**TRF anula sentenças que extinguem ações contra a desestatização da Vale do Rio Doce**

A 5ª Turma do TRF-1ª Região, julgando apelações e remessas oficiais em diversas ações populares propostas contra o processo de desestatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), decidiu em julgamento realizado no dia 26 de outubro, pela anulação das sentenças e a determinação de retorno dos autos ao juízo de origem para que se apure se houve, de fato, a existência de vícios formais no edital e no procedimento de alienação, assim como subavaliação ou exclusão de avaliação de bens ou direitos de titularidade da companhia, estipulando, em caso positivo, que a perícia discrimine os valores.

A relatora, Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, esclareceu em seu voto que há necessidade de produção de prova pericial, por equipe multidisciplinar, para que sejam elucidadas as pretensas contradições e possíveis irregularidades que, segundo os autores populares, teriam ocorrido no decorrer do processo de desestatização. A perícia é decorrência da complexidade da causa e está respaldada em requerimento expresso formulado nas petições iniciais, o que se justifica em razão da CVRD ser uma das maiores produtoras e exportadoras de minérios do mundo, desempenhando, ainda, outras atividades relacionadas à navegação, transporte ferroviário e logística.

Ficou estabelecido que o laudo deverá demonstrar os métodos utilizados quando da avaliação do patrimônio da empresa e compará-los com outros métodos, apurando os valores que eventualmente não tenham sido computados, com o objetivo de respaldar o juízo, inclusive com a finalidade de estipular eventual responsabilidade por ressarcimento de prejuízos que tenham sido causados ao erário.

Para entender melhor a questão, é conveniente esclarecer que a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foi criada pela União em 1º de junho de 1942, com a manutenção do controle acionário pela criadora até o dia 07 de maio de 1997, quando o Consórcio Brasil, liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), venceu o leilão de alienação do controle acionário realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, adquirindo 41,73% das ações ordinárias de propriedade da União que haviam sido colocadas à venda.

Foram propostas ações populares em localidades diversas do País, inclusive ações civis públicas por parte do Ministério Público Federal. Em praticamente todas as ações, os autores populares e o MPF indicam irregularidades formais no procedimento de alienação, bem como sustentam a ocorrência de subavaliação do patrimônio e dos direitos de titularidade da empresa, o que teria conduzido a um preço por ação inferior ao que efetivamente deveria ter sido praticado como preço mínimo, o que conduziu a expressivos prejuízos aos cofres públicos, situação que estaria comprovada por laudo produzido por especialistas da URFJ, que foram contratados pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados para apuração do procedimento em questão, estando indicado no documento que os critérios adotados pelas empresas contratadas pelo BNDES produziram uma avaliação incorreta, pois estavam fundados em premissas equivocadas que não permitiram uma avaliação confiável.

Para a Desembargadora, a necessidade de perícia é decorrência das contradições fáticas apresentadas pelas partes e da complexidade

do tema examinado em razão da múltipla atuação empresarial do conglomerado, o que demanda conhecimentos em diversas áreas profissionais.

Concluiu a Desembargadora afirmando que o ingresso na instrução probatória se faz necessário para aferir a regularidade da avaliação e apurar a eventual existência de prejuízo para o erário, nos termos das alegações dos autores, no que foi acompanhada pelos demais integrantes da Turma, no sentido de reconhecer a necessidade de apuração de um prejuízo para os cofres públicos que estaria a afetar os milhares de brasileiros que se encontram em precárias condições sociais.

A divergência parcial ficou estabelecida apenas em relação à possibilidade ou não de reconhecimento da situação de fato consolidada em relação à privatização, prevalecendo o entendimento de que a anulação deveria ser integral, vencida a relatora que mantinha a sentença sobre o aspecto da situação de fato consolidada.

Correntista da CEF incluída indevidamente em cadastro de restrição ao crédito recebe indenização

A 5ª Turma do TRF da Primeira Região deu parcial ganho de causa a correntista para que ela recebesse indenização por danos morais sofridos ao ter seu nome inscrito indevidamente em cadastro de restrição ao crédito, pela Caixa Econômica Federal.

A correntista ajuizou ação contra o banco visando ser indenizada por danos materiais e morais. Alegou ter solicitado a exclusão de seu nome da conta que mantinha na Caixa em conjunto com seu marido, para que apenas ele passasse a ser o responsável pela conta. Segundo a correntista, depois de quase oito meses do pedido, recebeu correspondência do banco informando que seu nome havia sido inscrito no Cadastro de Emitentes de Cheques Sem Fundos (CCF).

A CEF afirmou que, mesmo após ter solicitado a correntista sua exclusão da conta conjunta, a correntista continuou movimentando-a normalmente. O banco requereu no TRF a reforma da sentença ou que fosse reduzida a indenização.

Para o Juiz Federal convocado Vallisney de Souza Oliveira, relator do processo, ficou comprovado que a Caixa errou ao não excluir o nome da correntista da conta conjunta. O juiz concluiu que a atitude da CEF representa quebra da segurança na relação contratual entre o banco e a cliente, restando caracterizada a falha na prestação do serviço por parte da instituição financeira, que tem o dever de guarda do dinheiro do cliente.

Em seu voto, o magistrado expôs entender que o valor a ser pago pela Caixa à autora deve ser a metade do valor estipulado pelo juiz da primeira instância. Para o relator, o valor determinado anteriormente era alto, considerando o fato de haver tido a correntista, em outras ocasiões, a inscrição de seu nome no CCF por emitir, com responsabilidade própria, cheques sem fundos, o que resultou na inscrição de seu nome em cadastros de restrição ao crédito. Portanto, para o juiz, isso revela que o dano moral não foi agudo ou de maior extensão.

Apelação Cível n. 2002.38.01.000878-7/MG.

**Medalha e Colar do Mérito Judiciário “Ministro Nelson Hungria”**

Com o objetivo de reconhecer o mérito daqueles que prestam relevantes serviços à cultura jurídica e estimular a prática destas ações, no dia 17 de dezembro de 1990, o TRF da 1ª Região criou o Colar e a Medalha do Mérito Judiciário “Ministro Nelson Hungria”, por meio da resolução nº 23. O nome escolhido para a condecoração homenageia a memória do ilustre magistrado e jurista Nelson Hungria, personalidade que dedicou toda sua vida ao aperfeiçoamento do Direito e à realização da Justiça. (Iniciou sua vida pública como promotor público; em seguida, foi delegado de polícia, juiz, desembargador e ministro do Supremo Tribunal Federal. Aposentou-se em 11 de abril de 1961 e faleceu em 26 de março de 1969.)

A condecoração é feita nos graus Grande-Colar, Colar e Medalha e traz a coroa de palmas como símbolo, um “emblema da vitória e da paz obtida pela

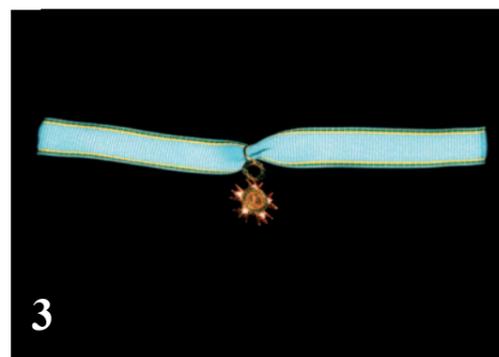
vitória” traduzindo, assim, a realização da justiça pela vitória do Direito, aplicado pelo Judiciário, propiciando a obtenção da paz entre os litigantes. Lembra, também, a eloquência praticada nos pretórios, estimulando, principalmente, a incorruptibilidade, que deve ser atributo dos magistrados.

Com o intuito de outorgar as condecorações, um conselho do Colar e da Medalha do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria foi criado. O conselho é composto pelo presidente, pelo vice-presidente e pelo corregedor do Tribunal Pleno, além de possuir uma secretaria-geral, a Asrep.

Atualmente se compõe dos seguintes desembargadores federais: Aloísio Palmeira (Presidente), Mário César Ribeiro (Vice-Presidente), Assusete Magalhães (Corregedora-Geral), Jirair Aram Megueirian e Carlos Fernando Mathias.

O Grande-Colar do Mérito Judiciário “Ministro Nelson Hungria” foi criado como insígnia do cargo de presidente do Tribunal e de chanceler do Colar e da Medalha do Mérito Judiciário. É transferido e outorgado ao sucessor pelo presidente que deixa o cargo.

O Colar do Mérito Judiciário “Ministro Nelson Hungria” tem por finalidade agradecer autoridades, personalidades e servidores públicos e, ainda, pessoas jurídicas e instituições nacionais ou internacionais. O Colar é também concedido aos desembargadores federais no momento da posse no TRF da 1ª Região. Já a Medalha do Mérito Judiciário “Ministro Nelson Hungria” visa a homenagear personalidades reconhecidas pelo desempenho na categoria científica, cultural ou profissional e, também, servidores da Justiça Federal que mereçam destaque por seus méritos ou pelos relevantes serviços prestados à Justiça.

**CONDECORADOS**

1. **Grande-Colar do Mérito Judiciário:** Além dos desembargadores federais que presidiram este Tribunal, recebeu tal condecoração, *post mortem*, o seu eminente Patrono (Min. Nelson Hungria), representado por seu filho, em solenidade ocorrida em 18 de dezembro de 1991.

2. **Colar do Mérito Judiciário:** Além dos magistrados nomeados para o TRF da 1ª Região, são detentores da honraria, em função dos relevantes serviços prestados, o Min. Washington Bolívar de Brito e o Min. Evandro Gueiros Leite (entregue pelo Desembargador Federal Anselmo Santiago em 18 de dezembro de 1991); o Min. Carlos Mário da Silva Velloso

e o Min. Lauro Franco Leitão (entregue pelo Desembargador Federal Tourinho Neto em 20 de agosto de 2001 e 17 de abril de 2002, respectivamente); e o Senador José Sarney (entregue pelo Desembargador Federal Catão Alves em 16 de abril de 2004); Min. Milton Luis Pereira (aprovado pelo Pleno e aguardando data para a realização de sessão solene de outorga).

3. **Medalha do Mérito Judiciário:** Felipe dos Santos Jacinto (entregue pelo Desembargador Federal Anselmo Santiago em 18 de dezembro de 1991); Luís Nassif, Maria do Carmo Vieira Gomar e Wander Rocha Tanure (entregue pelo Desembargador Federal Tourinho Neto em 15 de dezembro de 2000) e Everardo de Almeida Maciel (entregue pelo Desembargador Federal Tourinho Neto em 12 de abril de 2002).

Acre

Justiça Federal promove palestra sobre direito, moralidade política, aborto, eutanásia e eugenia



Fotos: Sãmia Milena A. Souza e Michelle Albuquerque Gadella

Da esquerda para a direita: Professor Doutor Delamar José Volpato Dutra e Juiz Federal David Wilson de Abreu Pardo, Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado do Acre

A Seção Judiciária do Estado do Acre, em parceria com a Caixa Econômica Federal, promoveu a palestra: “Direito, Moralidade Política, Aborto, Eutanásia e Eugenia”, que foi ministrada no dia 10 de novembro, às 19 horas, no auditório do Tribunal Regional Eleitoral, pelo Doutor Delamar José Volpato Dutra, Professor de Ética, Filosofia Política e Filosofia do Direito, Mestre e Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pós-Doutor em Filosofia do Direito pela Columbia University (USA), Professor dos Cursos de Pós-Graduação em Filosofia e em Filosofia do Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, autor de livros e artigos sobre Ética, Filosofia Política e Filosofia do Direito.

Solenidade de descarte de documentos

No dia 11 de novembro, foi realizado o Descarte de Documentos da Seção Judiciária do Estado do Acre. A solenidade foi conduzida pelo Juiz Federal da 2ª Vara, Pedro Francisco da Silva, representando o Diretor do Foro da Seccional, David Wilson de Abreu Pardo, e foi prestigiada pelos magistrados e servidores da Seccional.



Juiz Federal Pedro Francisco da Silva descarta o último processo administrativo

Assinatura do Termo de Doação dos papéis descartados para a APAE/AC



Minas

Interiorização da Justiça Federal – Minas Gerais já tem quatro novas subseções funcionando

A Justiça Federal já chegou às cidades de Passos, São Sebastião do Paraíso, Patos de Minas e Montes Claros. Até o final deste ano, serão instalados mais três novos foros federais em Minas Gerais: Lavras, Varginha e Pouso Alegre.

A Subseção de Passos começou com um acervo de 2.815 processos. Passados oito meses de sua inauguração, existem 4.230 ações. Desse total, 2.216 são ações

previdenciárias.

Na Subseção de São Sebastião do Paraíso, instalada em 19 de agosto, as ações previdenciárias e as execuções fiscais constituem a maior parte do acervo de 1.520 processos.

Patos de Minas recebeu a Subseção Federal em 26 de agosto. Seu acervo passou das 1.895 ações iniciais para 2.284.

A subseção de Montes Claros come-

çou com um acervo de 12.000 processos. Inaugurada em 25 de outubro, a subseção tem a segunda maior jurisdição do estado: 98 cidades.

A expectativa da Diretoria do Foro é que, entre janeiro e março de 2006, as últimas sete varas sejam instaladas: duas em Divinópolis, uma em Sete Lagoas, duas em Governador Valadares, uma em Ipatinga e em São João del Rei.

Aniversário da JFAM e incentivos funcionais 2005

A solenidade do 38º Aniversário de Instalação da Seção Judiciária do Estado do Amazonas e Premiação de Incentivos Funcionais 2005, ocorrida no dia 30 de setembro, foi prestigiada por autoridades locais e servidores da Seccional. Antes da entrega dos prêmios aos agraciados, o público presente teve a oportunidade de prestigiar a palestra “Motivação e Desenvolvimento: incentivo à excelência”, ministrada pela professora da Universidade Paulista e administradora de empresas Rosange Menezes.

Um coquetel oferecido pela Diref e Assejuf/AM, acompanhado pelos músicos Eduardo Freire (6ª Vara), Rafael Freire e Mazinho, encerrou a programação.

Confira os agraciados dos incentivos funcionais:

Destaque Institucional: Contadoria do Núcleo Judiciário, Vara Única – Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Tabatinga –, e 6ª Vara – Juizado Especial Federal do Amazonas.

Honra ao mérito: João Bosco da Silva Vieira (Nucju), Neuzai Marreiros Barbosa (Secom), Ana Claudia Ribeiro Tinoco (3ª Vara), Jonas Cavalcante de Almeida (Contadoria/Nucju),

Arrecadação de alimentos para as vítimas da vazante no Amazonas

A Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Amazonas e a Associação dos Servidores realizaram, de 26 a 28 de outubro de 2005, campanha para arrecadação de alimentos não-perecíveis em prol das vítimas da vazante que assolou o estado do Amazonas. Caixas de coleta foram colocadas em pontos estratégicos na portaria do prédio principal da Seccional e no Juizado Especial Federal.

As cestas básicas arrecadadas foram enviadas ao interior do estado por meio da Caritas, instituição ligada à Arquidiocese de Manaus.

Francisco Oiama Cunha de Souza (1ª Vara) e Wilson Jacinto Marques (Seapa/Secad).

Tempo de serviço: Artênio de Lima Neves Júnior, Carlos Roberto Santiago Menezes, Elen Mara Passos dos Santos Carvalho Leite, Glicério de Angiolis Silva, Laura Emília Barbosa de Paula e Andréa Távora de Albuquerque Taveira.



Foto: Sílvia Batista dos Santos Filho

Autoridades locais e servidores prestigiaram o evento

Campanha odontológica no dia do cirurgião-dentista

A Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Amazonas e o Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho/AM realizam no dia do cirurgião-dentista, 25 de outubro, uma campanha odontológica com aplicação de flúor e escovação orientada aos servidores e familiares. As consultas foram previamente agendadas e aconteceram das 8h às 16h, no consultório odontológico da Seccional, sob a orientação do Perito odontólogo da Seccional, Fábio Almeida Leal.

Pará

Feira de Saúde incluiu caminhada ecológica e mostra de talentos

Ginástica laboral, massagem expressa, shiatsu, exames clínicos e palestras integraram a programação da IV Feira de Saúde da Seção Judiciária do Pará, de 22 a 28 de outubro, uma iniciativa do comitê local do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho (PGQVT). Na mensagem que abriu o evento, o Diretor do Foro, Juiz Federal Paulo Ernane Moreira Barros, destacou que o tema da feira, “Dê um Tempo...”, foi um estímulo para que servidores e magistrados disponibilizem mais tempo para pensar e, mais do que isso, para agir em benefício da saúde.

A primeira atividade da feira foi uma caminhada ecológica no Parque Ambiental do Utinga, na periferia de Belém. O encerramento foi marcado pela realização da III Mostra de Talentos, de um coquetel e por sorteio de vários prêmios.



Foto: Edvan Barros

Servidores em caminhada ecológica no Parque Ambiental do Utinga. Rita Corrêa e João Ronaldo Trindade mostram seus talentos



Foto: Secos/PA



Rondônia

Justiça Federal em Rondônia descartou 500 kg de papel

Na primeira fase do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade (PCTT) na Seção Judiciária de Rondônia, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos descartou em 11 de novembro, Dia de Descarte Central, aproximadamente meia tonelada de papel, correspondendo a 2.487 processos administrativos relacionados desde 1983. Vinte e seis servidores, divididos em quatro grupos, fizeram o levantamento dos documentos.

A solenidade foi presidida pelo Juiz Federal Diretor do Foro, José Humberto Ferreira, que fez a fragmentação simbólica do primeiro documento descartado e procedeu à entrega ao padre Marcelo, diretor do Centro do Menor, entidade beneficiada com os papéis, que serão reciclados e revertidos em benefícios para as crianças assistidas por aquela associação beneficente.



Foto: Érico Santos
Juiz Federal José Humberto Ferreira, Diretor do Foro, entrega simbolicamente ao padre Marcelo o material descartado

JEF rondoniense divulgará sentenças por editais

O Juiz Federal Francisco Martins Ferreira e o Juiz Federal Substituto Rodrigo Rigamonte Fonseca, ambos do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária de Rondônia, assinaram a portaria nº 02/4ª Vara/JEF, determinando que, nas sentenças de massa com pedidos julgados improcedentes ou naquelas em que for extinto o processo sem julgamento do mérito por incompetência absoluta do JEF, quando houver posicionamento uniforme dos juízes acerca da matéria, a divulgação será feita por edital.

O edital, a ser publicado em jornal de grande circulação de Porto Velho e na imprensa oficial, com divulgação em todos os meios de comunicação, além de inclusão no site da Seccional e afixação no quadro de aviso da Secretaria da Vara, conterá o preâmbulo e encerramento da sentença, a indicação clara sobre o objeto da ação e o pedido nela formulado, o dispositivo completo da sentença e a informação de que após 30 dias da publicação os autos serão arquivados, sem trânsito em julgado, facultado à parte autora, a qualquer tempo, requerer o desarquivamento, quando começará a contar o prazo de dez dias para eventual recurso.

Os magistrados explicam que o funcionamento do JEF é orientado pelos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade e que, em face do grande número de ações com pedidos julgados improcedentes ou extinção sem julgamento do mérito, é inviável intimar pessoalmente a parte autora, posto que haveria atraso significativo nas intimações de outras demandas, inclusive as de natureza previdenciária. Providência nesse sentido já tinha sido autorizada pela Corregedoria Geral do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – Circular/Coger/48/2005.

Correição Ordinária



Foto: Rodrigo Bomfim Pacheco
Da esq. para dir., Juiz Federal Rafael Paulo S. Pinto, Corregedora-Geral Assusete Magalhães, Juiz Federal Diretor do Foro/RO, José Humberto Ferreira, e Juiz Federal Reinaldo da Fonseca.

A Corregedora-Geral do Tribunal Federal da 1ª Região, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, presidiu a solenidade de instalação da correição geral ordinária na Seção Judiciária de Rondônia, que aconteceu no período de 24 a 27 de outubro. Na condição de juízes auxiliares participaram os Juizes Federais Reinaldo da Fonseca, Titular da 22ª Vara do Distrito Federal, e Rafael Paulo Soares Pinto, Titular da 23ª Vara da Bahia. Ainda participaram da correição Carlos Magno Costa Teixeira, Diretor de Secretaria da 22ª Vara do Distrito Federal, Alexandre José Amaral Ferreira, Diretor de Secretaria da 18ª Vara do Distrito Federal, e Manoel Maia Jovita, Chefe da Assessoria da Corregedoria Geral.

Homenagem aos servidores

Durante as comemorações do Dia do Servidor Público, a Seção Judiciária de Rondônia prestou homenagens aos servidores com 20 e dez anos de serviço. O evento aconteceu no auditório do Fórum Ministro Jarbas Nobre e foi presidido pelo Diretor do Foro, Juiz Federal José Humberto Ferreira. Após as homenagens, foi servido coquetel e houve apresentação do Coral da Justiça Federal.

Com 20 anos de serviço foi homenageado o servidor Luiz Reis Barbosa, da 1ª Vara. Com dez, receberam o diploma e o bóton as seguintes pessoas: Paulo Roberto Teixeira Albuquerque, diretor de Secretaria da 2ª Vara; Herisson Ambrósio Belim, Supervisor da Sepag; Jaqueline Menezes, Supervisora da Semad; Floriza Vieira dos Santos, Oficiala-de-Justiça; Eduardo Matheus Teixeira, Supervisor da Ceman; e Alice da Costa Razzak, Oficiala-de-Justiça.

Roraima

Magistrado Tourinho Neto recebe homenagem



Foto: Sargento Leviski
O Juiz Federal Grigorio dos Santos representou o homenageado

A Prefeitura e a Câmara Municipal de Uiramutã (RR) concederam ao magistrado Tourinho Neto o título de Cidadão Uiramutãense. A entrega ocorreu por ocasião das festividades do 10º aniversário do município, 17 de outubro, em solenidade à qual o Juiz Federal Grigorio Carlos dos Santos, titular da 3ª Vara Federal de Roraima (JEF), compareceu, como representante do homenageado. A prefeita Florany Mota destacou a importância do trabalho do desembargador no desenvolvimento do Uiramutã, ao decidir liberar a construção do 6º Pelotão de Fronteiras. O presidente da Câmara, Antônio Edmar Xavier, também lembrou o apoio recebido na ocasião. O juiz Grigorio dos Santos agradeceu em nome do homenageado, desejando um futuro de sucesso e paz social à comunidade do Uiramutã.

Amapá

Projeto fica entre finalistas da VI Mostra Nacional de Trabalhos da Qualidade do STJ

O Juizado Especial Federal do Estado do Amapá, com o projeto “A Justiça bate às portas”, foi um dos finalistas da VI Mostra Nacional de Trabalhos da Qualidade no Poder, promovida pelo Superior Tribunal de Justiça, evento este realizado em Porto Alegre (RS), no período de 18 a 22 de outubro. Na oportunidade, 15 trabalhos de vários estados e de altíssimo nível foram apresentados, demonstrando o quanto é possível inovar no serviço público e melhorar a qualidade de vida, tanto do público externo, quanto dos próprios servidores.

O projeto “A Justiça bate às portas”, que tem como coordenador geral o Juiz Federal Márcio Barbosa Maia, objetiva principalmente atingir aquelas pessoas que, por um ou outro motivo não procuram o Poder Judiciário para reclamar seus direitos. São comunidades muito carentes que vivem em bairros periféricos dos municípios de Macapá e Santana, no Estado do Amapá. Muitas casas já foram visitadas pela equipe de servidores e voluntários que colaboram com o projeto, sendo que, no dia da ação, deslocam-se, além dos



Foto: Isael Maciel dos Reis
Juiz Márcio Barbosa Maia, ao centro, em audiência no projeto “A Justiça bate às portas”, do JEF/AP

servidores, o juiz, acompanhado de médico perito e assistente social, que fazem a perícia, a avaliação social. Dependendo da situação, o juiz poderá conceder liminar, encurtando caminhos para jurisdicionados que, em muitos casos, desconhecem seus direitos. Durante a apresentação do projeto no auditório do TRF da 4ª Região, com a exposição de vídeo sobre diversas situações de mais completa exclusão social, a platéia, emocionada, aplaudiu em pé a iniciativa do JEF/AP, um dos fatos mais marcantes do evento.

Comemoração do Dia do Servidor Público



Foto: Gilviana Tourinho
Servidores durante coquetel de comemoração

No último dia 28 de outubro, comemorou-se, na Seção Judiciária do Amapá, com um coquetel no Salão Nobre, o Dia do Servidor Público, ocasião em que o Diretor da Secretaria Administrativa, à época, José Ivo Casimiro, em seu discurso, demonstrou orgulho por encontrar-se como servidor na Justiça Federal, o que foi reiterado pelo Diretor do Foro, Juiz Federal Márcio Barbosa Maia, ao homenagear servidores – pelos nobres serviços prestados na seccional – que estavam em processo de remoção.

Tocantins**II Semana da Qualidade de Vida**

Foto: Iracele Barros Leite

Momento de descontração no primeiro dia da oficina de oratória, no auditório do Ministério Público Federal.

A Diretoria do Foro e o PGQVT da Seccional do Estado do Tocantins promoveram, em parceria com o Ministério Público Federal/TO, a II Semana da Qualidade de Vida, no período de 08 a 11 de novembro de 2005. O evento é o resultado da união da Semana de Artes com a Semana de Saúde, que vinham sendo realizadas há alguns anos, e, tendo em vista a dimensão dos dois eventos, a Diretoria do Foro e o PGQVT, no ano passado, decidiram reunir os dois e oferecer atividades que proporcionem melhor qualidade de vida aos servidores, dependentes e estagiários. No dia 21 de setembro foram realizadas as inscrições para a II Semana de Qualidade de Vida e foram disponibilizadas inscrições para oficina de decupagem, *origami*, oratória, instrumental, canto coral, teatro, customização, dança e pintura. Além dessas oficinas, durante a semana, aconteceram palestras, realização de exames, exposição de estandes da Prefeitura Municipal de Palmas e de diversas empresas da área de saúde da Capital. Foi grande a procura pelas oficinas, que parece terem agradado a maioria. No dia 22 de setembro, teve início a oficina de oratória, com o músico Anderson Camacho, no auditório da Procuradoria do Tocantins. O evento encerrou-se no dia 11 de novembro, com o tradicional concurso de culinária. A Diretoria do Foro e o comitê do PGQVT/TO contaram com participação dos servidores, dependentes e estagiários, sem os quais o evento perde a sua real finalidade.

Uberlândia**Juizado Especial Federal completa um ano de instalação**

O Juizado Especial Federal em Uberlândia completou, no dia 24 de novembro, um ano de instalação. A Juíza Federal Lana Lúcia Galati foi a primeira coordenadora do órgão, que hoje tem o Juiz Substituto Daniel Carneiro Machado como coordenador. O JEF de Uberlândia desenvolve os trabalhos com funcionários requisitados da Prefeitura Municipal de Uberlândia e cedidos pelas demais

varas da Subseção Judiciária de Uberlândia. Os dados estatísticos, número de sentenças, decisões e processos distribuídos durante esse período de funcionamento do JEF são os seguintes: sentenças – 4187 –; decisões – 1367 –; despachos – 7774 –; processos distribuídos – 6.399 – e processos sentenciados até 60(sessenta) dias de distribuição – 2.532.

Maranhão**Semana do Servidor e Feira de Saúde na Seção Judiciária do Maranhão**

A III Semana do Servidor e a IX Feira de Saúde da Seção Judiciária do Maranhão, que aconteceram no período de 07 a 11 de novembro, deixaram um saldo bastante positivo. Durante toda a semana foram realizadas diversas atividades com o objetivo de informar, congregar, divertir e reduzir os efeitos da rotina estressante do trabalho.

Após a abertura feita pelo Diretor do Foro, Juiz Roberto Veloso, começaram as oficinas (saúde ocupacional, dança, ioga e maquiagem); as palestras (Doenças Ocupacionais, Vida e Saúde); e bate-papos com nutricionista, educador físico, urologista e ginecologista.

Um dos momentos de maior participação aconteceu no Cineminha, durante a exibição do filme “Dança Comigo?”, com direito a pipoca e refrigerante.

A III Semana do Servidor e a IX Feira de Saúde da Justiça Federal, realizadas pelo PGQVT-MA, contaram com os patrocínios da Caixa Econômica Federal, Sintrajufe, Asserjus e Unimed.



Bem-me-quer

Informativo do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho da 1ª Região

Neste verão, não deixe a insolação pegar você!

A pressa para alcançar um bronzeado no verão nem sempre dá certo. Tomar sol demais e deixar a pele desprotegida pode causar desidratação e queimaduras pelo corpo. Não deixe a insolação acabar com o seu verão!

A Insolação

A desidratação e a queimadura da pele são os sintomas mais frequentes da insolação, especialmente em crianças e idosos. Quando alguém fica muito tempo sob o sol, a pele queima, suas células são destruídas e o líquido que fica entre essas células é eliminado.

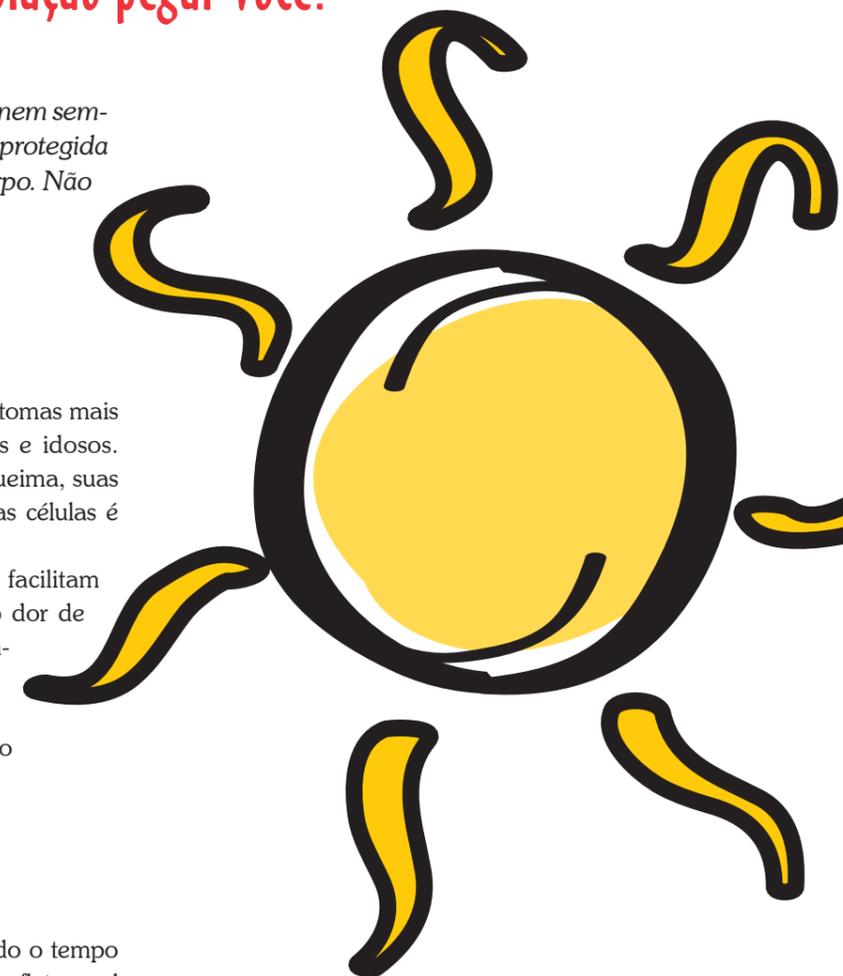
Além disso, o suor e a respiração mais intensa facilitam a perda de água. Outros sintomas da insolação são dor de cabeça, tontura, vertigem, falta de ar, aumento da temperatura do corpo, mal-estar e vômitos. Sem contar o envelhecimento precoce e a majoração, em 25 vezes, da chance de a pessoa desenvolver câncer de pele, no caso de haver queimadura.

Dias de sol intenso

O fato de estar debaixo do guarda-sol durante todo o tempo em que se está na praia não evita a insolação. A areia reflete o sol e, assim, aumenta a temperatura da pessoa, que, nesse caso, não se queima, mas é assada pelo calor. O cuidado também é essencial em dias nublados. Estando escondido o sol intenso pelas nuvens, o nível de radiação solar chega a 70% do normal. Isso significa que cuidar da pele é importante mesmo que o dia esteja nublado.

O que fazer em caso de insolação?

Ao primeiro sinal de insolação, o jeito é procurar sombra e água fresca. Em casos graves de queimadura e de aumento da temperatura corporal, a dica é mergulhar em uma banheira de água gelada ou colocar toalhas umedecidas sobre o corpo, associado ao uso de ventiladores. Depois de estabelecido o quadro de insolação, é muito importante tomar muito líquido durante todo o dia.



Previna-se contra a insolação

- No período do verão, tome banho frio e, para evitar que o corpo fique muito quente, use roupas leves e claras.
- Para fugir ao mal-estar, a alimentação deve ser leve.
- Sempre que possível, evite sair nos horários em que o sol está mais quente, das 10 às 16 horas.
- Use filtro solar, sempre. O uso de hidratantes para o corpo é essencial.
- Não fique exposto ao sol, procure caminhar pela sombra.
- Evite as bebidas com caféina, álcool ou muito açúcar. Elas lhe farão perder ainda mais líquido corporal.
- Beba bastante água!

Dicas culturais

SITE

O site www.guiabsb.com.br é uma boa pedida para quem deseja ficar por dentro do que acontece em Brasília. Lá, o internauta pode encontrar desde endereços de bares e restaurantes da cidade, até os telefones e endereços de igrejas, hospitais, tribunais e muitos outros.

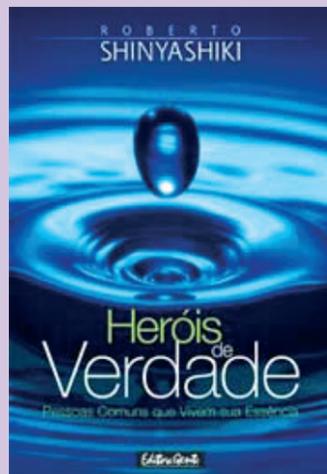


CD e DVD

A banda "O Rappa" lançou em outubro o CD e DVD acústico MTV. O novo trabalho foi gravado em julho, em São Paulo, e tem 13 músicas, entre canções já conhecidas do público e outras inéditas. Uma das participações especiais do acústico é a da cantora Maria Rita.



LIVRO



O livro "Heróis de Verdade", de autoria de Roberto Shinyashiki, mostra que é possível nos posicionarmos de uma nova maneira perante a vida, sem deixar que as pressões e as cobranças do dia-a-dia nos dominem. O autor aborda nessa obra, entre outros pontos, um dos principais motivos de angústia da competitiva vida moderna: a sensação de lutar intensamente e ainda assim não dar conta de tudo o que precisa ser feito.

Teste seus conhecimentos

Por Márcia Murça Barroso

A língua portuguesa é instrumento demasiadamente complexo, principalmente por estar vinculada ao mutável mundo biossocial, e suscita uma variedade de discussões acerca da utilização de suas normas. Lidar com ela exige muitas vezes pesquisa semelhante à que se faz no estudo do Direito.

Por isso você não deve esquecer-se de que, para utilizar esse meio tão rico de comunicação, é preciso muito mais do que buscar regras da memória; é necessário raciocinar sobre aquilo que se está construindo.

Interprete as diversas normas já elaboradas; entenda e julgue, ainda, as nuances de interpretação desses preceitos, geradores muitas vezes de divergências que precisam ser uniformizadas. Conheça os variados entendimentos sobre aquilo que não está previsto. Questione-os. Somente assim você conseguirá

aprender a utilizar a língua portuguesa, a aplicar seus artigos, a identificar os objetos, a decidir sobre o sujeito, praticante ou sofredor da ação, a ter esta como ponto inicial da análise.

A língua portuguesa não é de forma alguma bitolada; é o contrário disso: oferece inúmeras possibilidades aos falantes.

Confie na capacidade de sua mente. Não siga de pronto as interpretações e os raciocínios alheios, mesmo sendo estes imperativos.

Veja como se completam determinadas noções e quanta lógica existe nesse grande instrumento – por várias vezes tachado de desconexo e maçante – e tente, utilizando-se daquilo que já aprendeu, a corrigir as próprias construções lingüísticas.

Teste seus conhecimentos!

Boas festas de Natal e de ano-novo e um Próspero Ano!

Secretaria de Programas e Benefícios Sociais - SECBE

Aplicação dos Recursos do Pro-Social por Benefícios

(Dados até 31/10/2005)

R\$1,00

Benefícios	Valor		
	União	Recursos Próprios	Total
I - Despesas Área Social			
1 - Auxílio Alimentação	26.336.784,56		26.336.784,56
2 - Creche	4.716.852,20		4.716.852,20
3 - Auxílio Transporte	436.758,37		436.758,37
4 - Programa Qualidade de Vida		136.983,60	136.983,60
Subtotal I	31.490.395,13	136.983,60	31.627.378,73
II - Despesas Médicas			
1 - Consultas	1.789.397,62	1.081.396,09	2.870.793,71
2 - Exames Laboratoriais	1.114.754,19	673.685,26	1.788.439,45
3 - Exames Radiológicos	929.444,40	561.696,03	1.491.140,43
4 - Internações	4.764.488,36	2.879.348,32	7.643.836,68
5 - Psicologia	599.361,34	362.215,19	961.576,53
6 - TFD		24.526,00	24.526,00
7 - Outras	3.290.696,46	1.988.683,90	5.279.380,36
8 - Material de Consumo	127.431,79		127.431,79
Subtotal II	12.615.574,16	7.571.550,79	20.187.124,95
III - Despesas Odontológicas			
1 - Dentisteria	600.809,08	363.090,11	963.899,19
2 - Prótese Dentária	632.659,20	382.338,26	1.014.997,46
3 - Periodontia	157.802,87	95.365,84	253.168,71
4 - Radiologia	163.593,80	98.865,50	262.459,30
5 - Endodontia	85.416,23	51.620,04	137.036,27
6 - Outras	348.903,58	210.854,74	559.758,32
Subtotal III	1.989.184,76	1.202.134,49	3.191.319,25
IV - Despesas Área Administrativa			
1 - Fenaserjus		2.090.902,82	2.090.902,82
2 - Seguro de Vida		205.880,47	205.880,47
3 - Passagens e Hospedagem (TFD)		76.965,29	76.965,29
4 - Outras		168.874,86	168.874,86
Subtotal IV		2.542.623,44	2.542.623,44
Total Geral	46.095.154,05	11.453.292,32	57.548.446,37

Fonte: DIVAF e SEPLA

obs:

Outras médicas: fisioterapia, fonoaudiologia, pequeno ato médico e cirurgico, nefrologia, diagnóstico e terapia, endoscopia, quimioterapia, medicina nuclear, alergologia, psiquiatria, acupuntura.

Outras odontológicas: consulta, odontopediatria, cirurgia, prevenção.

Outras administrativas: medicamentos e materiais médicos, materiais odontológicos, carteiras Aliança Unimed, manutenção de convênios, material de expediente, INSS autônomos.

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS (2005)

R\$1,00

MÊS	UNIÃO				RECURSOS PRÓPRIOS							
	SALDO ANTERIOR	RECEITAS	DESPESAS	SALDO	SALDO ANTERIOR	RECEITAS			DESPESAS	SALDO		
						CONTRIBUIÇÃO	PARTICIPAÇÃO	RENDIMENTOS			OUTRAS	TOTAL
Saldo Dez/04		1.467.095,00		1.467.095,00						12.345.288,86		12.345.288,86
jan/05	1.467.095,00		571.359,98	895.735,02	12.345.288,86	1.624.502,33	113.958,25	153.497,23	202.290,44	2.094.248,25	1.320.082,18	13.119.454,93
fev/05	895.735,02	17.884.649,00	777.118,67	18.003.265,35	13.119.454,93	1.624.572,19	90.417,66	148.036,34	76.658,18	1.939.684,37	1.794.378,75	13.264.760,55
mar/05	18.003.265,35		893.570,98	17.109.694,37	13.264.760,55	1.626.985,25	85.638,42	178.851,74	73.431,88	1.964.907,29	1.439.109,01	13.790.558,83
abr/05	17.109.694,37		1.370.210,08	15.739.484,29	13.790.558,83	1.639.000,94	96.692,18	175.567,75	72.717,07	1.983.977,94	1.251.017,33	14.523.519,44
mai/05	15.739.484,29		936.746,67	14.802.737,62	14.523.519,44	1.649.035,72	109.932,28	190.341,88	77.897,51	2.027.207,39	1.089.870,00	15.460.856,83
jun/05	14.802.737,62		1.901.824,42	12.900.913,20	15.460.856,83	1.652.607,89	106.123,62	255.608,59	73.695,57	2.088.035,67	1.080.791,78	16.468.100,72
jul/05	12.900.913,20		2.677.331,15	10.223.582,05	16.468.100,72	1.661.278,74	94.458,04	261.769,77	71.052,74	2.088.559,29	997.269,51	17.559.390,50
ago/05	10.223.582,05		2.216.715,93	8.006.866,12	17.559.390,50	1.664.475,65	109.807,19	257.981,10	74.550,53	2.106.814,47	845.333,66	18.820.871,31
set/05	8.006.866,12		2.173.552,12	5.833.314,00	18.820.871,31	1.668.984,17	113.651,30	258.516,58	72.783,06	2.113.935,11	983.214,74	19.951.591,68
out/05	5.833.314,00		1.086.107,72	4.747.206,28	19.951.591,68	1.625.907,98	106.722,91	282.743,42	137.286,11	2.152.660,42	652.225,36	21.452.026,74
nov/05												
dez/05												
TOTAL 2005		19.351.744,00	14.604.537,72	4.747.206,28		16.437.350,86	1.027.401,85	2.162.914,40	932.363,09	32.905.319,06	11.453.292,32	21.452.026,74

FONTE: Recursos União - SEPLA; Recursos Próprios - DIVAF.

Obs 1: O "Saldo de Dez/04" corresponde ao saldo em 31/12.

Obs 2: Recursos Próprios: "Rendimentos" = Aplicações em CDB e Fundos; Outros = Seguro de Vida, Devolução de DOC's, Patrocínios, etc...

Obs 3: As despesas da União não incluem o Auxílio Alimentação, Creche e Auxílio Transporte.

DESTAQUE

do dia



O DESTAQUE DO DIA COMEMORA
1 000 EDIÇÕES DE DIVULGAÇÃO
DOS FATOS, NOTÍCIAS,
ACONTECIMENTOS, CULTURA E
INFORMAÇÃO DO TRF— 1^A REGIÃO.

Estatísticas TRF-1ª Região

outubro 2005

Destaque – Ano IV n.38 novembro/dezembro 2005

ASSESSORIA DE RECURSOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS DA PRESIDÊNCIA — OUTUBRO/2005 —	
Recursos Extraordinários Admitidos	279
Recursos Especiais Admitidos	490
Recursos Extraordinários Não-Admitidos	115
Recursos Especiais Não-Admitidos	490
Despachos Diversos	56
Decisões Diversas	25
Recursos Especiais Adesivos Não-Admitidos	2
RESP/RE Retido	1
Suspensões de Segurança Deferidas	2
Suspensões de Segurança Indeferidas	6
Despachos Diversos em Suspensão de Segurança	12
Embargos Declaração Não-Conhecidos	3
TOTAL	1.481

Dados fornecidos pela ASRET

VICE-PRESIDÊNCIA — OUTUBRO/2005 —	
Recursos Extraordinários Admitidos	7
Recursos Especiais Admitidos	33
Recursos Extraordinários Não-Admitidos	15
Recursos Especiais Não-Admitidos	50
Decisão Diversa	1
Recurso Extraordinário Retido	1
Recursos Especiais Retidos	5
Despachos Diversos	41
Decisão em Plantão	1
TOTAL	154

Dados do Gabinete da Vice-Presidência.

* Processos com RE e REsp foram distribuídos à Vice-Presidência até 14 de outubro de 2004.

Estatísticas elaboradas pela Divisão de Estatística (Diest), a partir de dados enviados pelas Secretarias das Turmas, Aresp, Segep e Secju (Sucse, Surec, Subej e Surip).

Dúvidas, sugestões e reclamações, ligar para Diest – ramal 278.

COORDENADORIA DE RECURSOS — OUTUBRO/2005 —	
Recebidos das Turmas e Seções (RESP/RE)	2.514
Remetidos à ASRET com RESP/RE	836
Remetidos ao STF (RE e AG/RE)	201
Remetidos ao STJ (RESP e AG/RESP)	899
Recebidos do STJ	673
Recebidos do STF	618
Remetidos por Baixa Definitiva	1.195
Requisitados da Origem	2.042
Remetidos ao Arquivo Judicial	157
Sobrestados na COREC	383
Agravos Processados	273
TOTAL	9.791

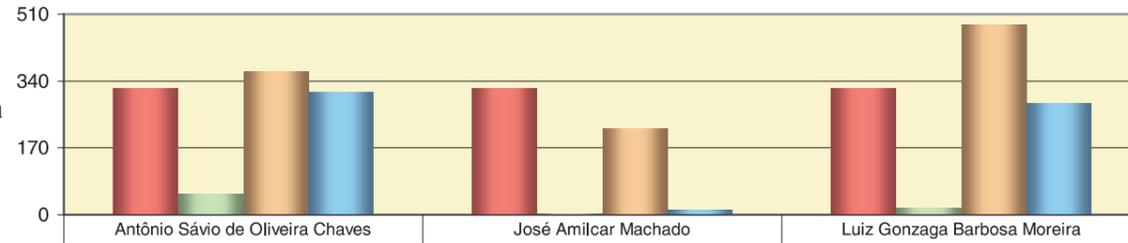
PUBLICAÇÕES — PRESIDÊNCIA — OUTUBRO/2005 —	
Recursos Admitidos	640
Recursos Inadmitidos	1.113
Despachos Diversos	64
TOTAL	1.817

PUBLICAÇÕES — VICE-PRESIDÊNCIA — OUTUBRO/2005 —	
Recursos Admitidos	13
Recursos Inadmitidos	71
Despachos Diversos	0
TOTAL	84

Dados fornecidos pela COREC

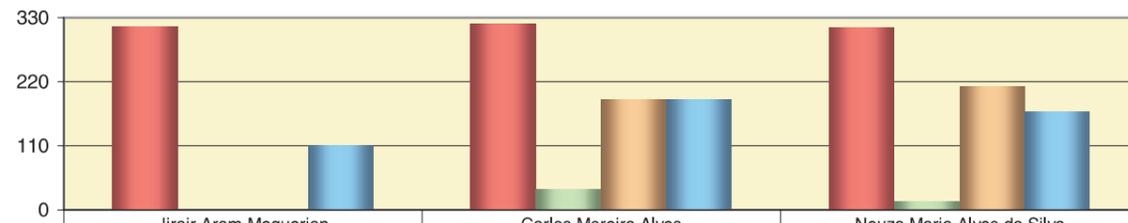
DADOS ESTATÍSTICOS DAS TURMAS

1ª Turma



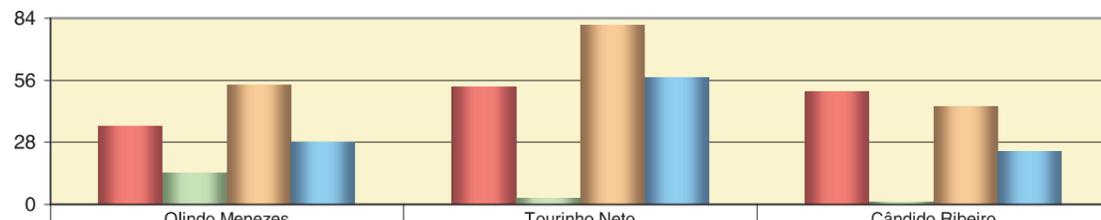
	Antônio Sávio de Oliveira Chaves	José Amílcar Machado	Luiz Gonzaga Barbosa Moreira
Distribuídos	323	323	322
Desp. Term.Publicados	53	5	17
Julgados	364	221	483
Acórdãos Publicados	313	13	285

2ª Turma



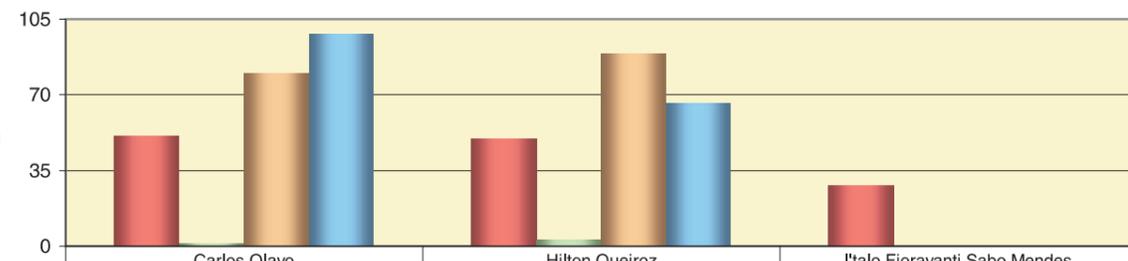
	Jirair Aram Meguerian	Carlos Moreira Alves	Neuza Maria Alves da Silva
Distribuídos	315	320	313
Desp. Term.Publicados		36	15
Julgados		190	212
Acórdãos Publicados	111	190	169

3ª Turma



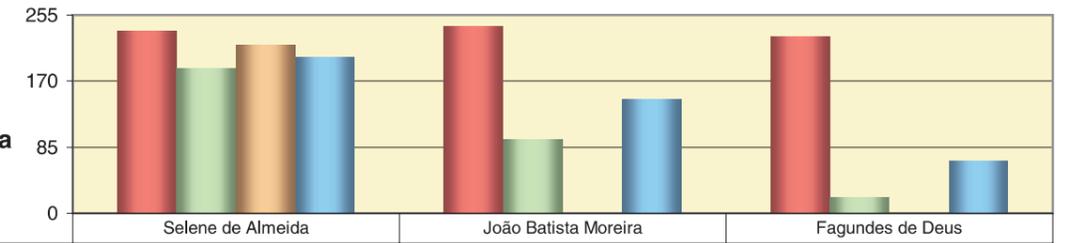
	Olindo Menezes	Tourinho Neto	Cândido Ribeiro
Distribuídos	35	53	51
Desp. Term.Publicados	14	3	1
Julgados	54	81	44
Acórdãos Publicados	28	57	24

4ª Turma



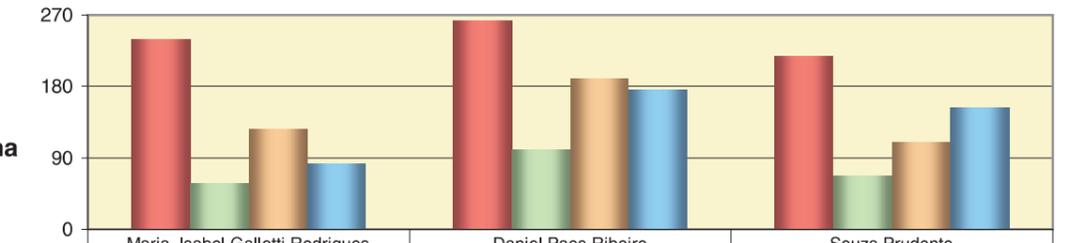
	Carlos Olavo	Hilton Queiroz	I'talo Fioravanti Sabo Mendes
Distribuídos	51	50	28
Desp. Term.Publicados	1	3	
Julgados	80	89	
Acórdãos Publicados	98	66	

5ª Turma



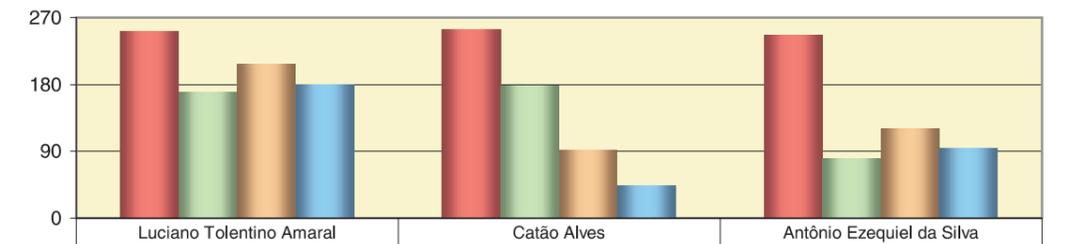
	Selene de Almeida	João Batista Moreira	Fagundes de Deus
Distribuídos	235	241	228
Desp. Term.Publicados	187	95	20
Julgados	217		
Acórdãos Publicados	201	147	68

6ª Turma



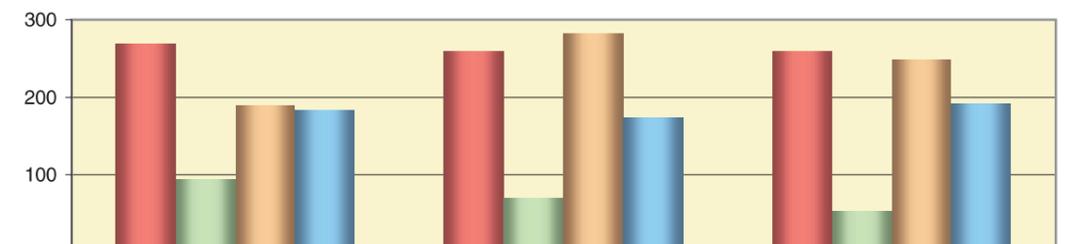
	Maria Isabel Gallotti Rodrigues	Daniel Paes Ribeiro	Souza Prudente
Distribuídos	240	263	219
Desp. Term.Publicados	59	100	67
Julgados	127	191	110
Acórdãos Publicados	83	176	154

7ª Turma

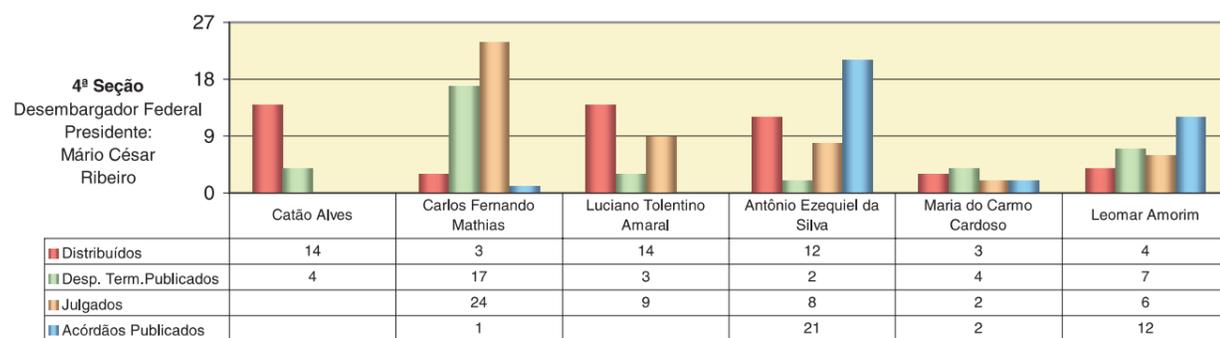
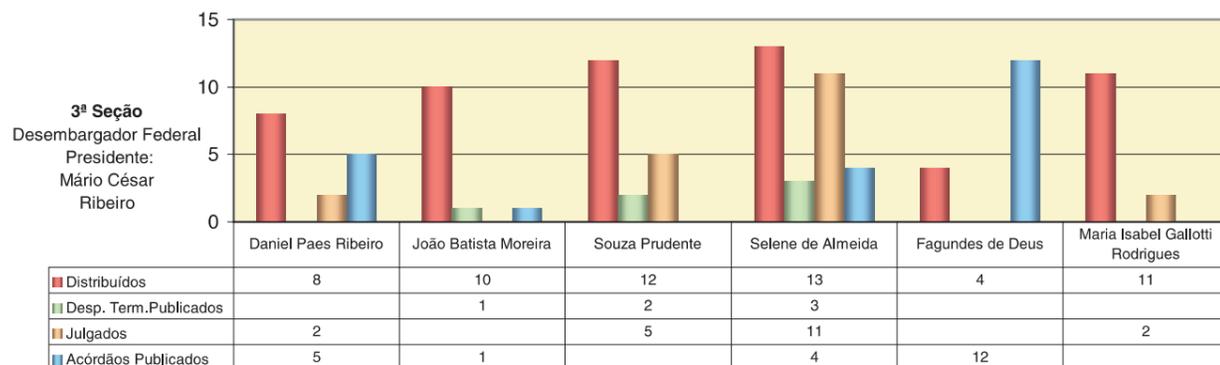
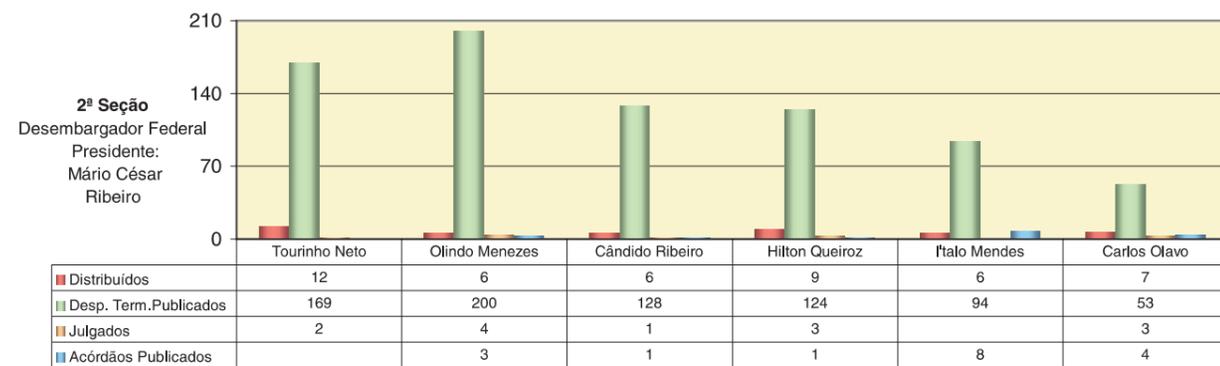
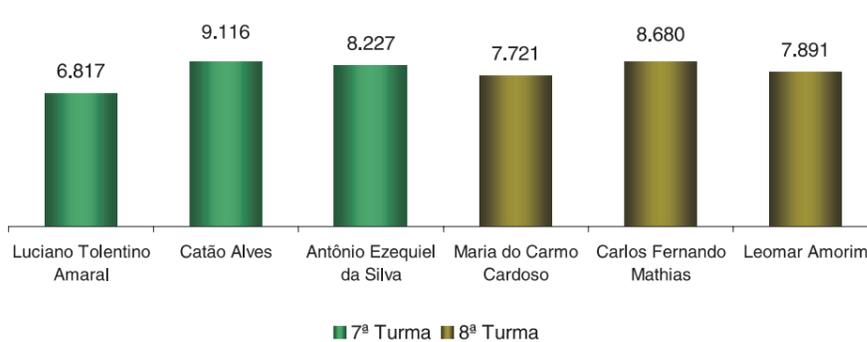
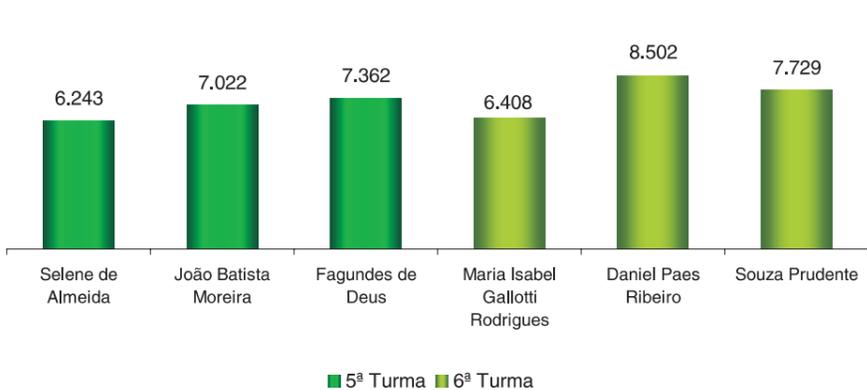
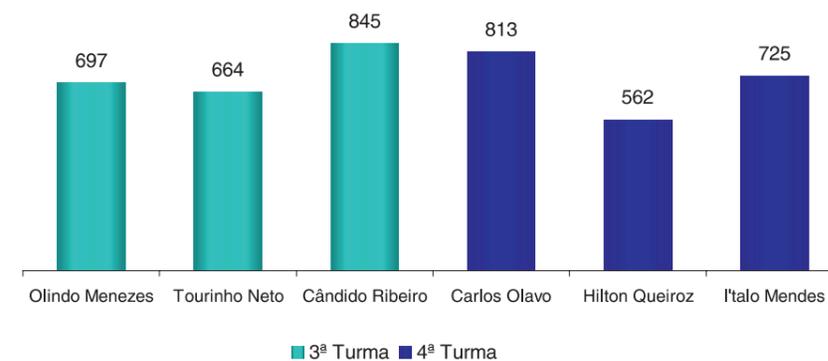
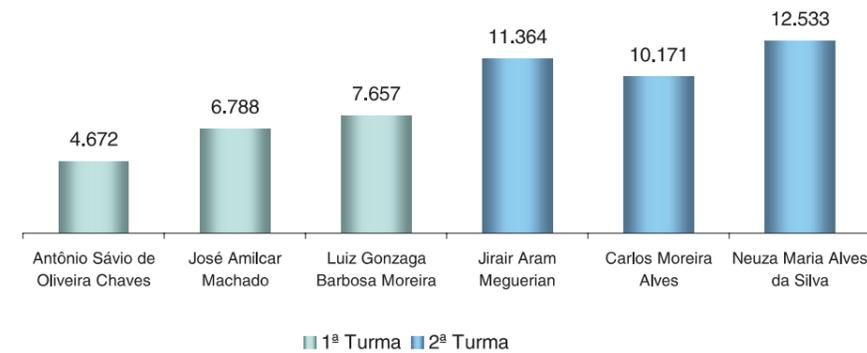


	Luciano Tolentino Amaral	Catão Alves	Antônio Ezequiel da Silva
Distribuídos	252	254	247
Desp. Term.Publicados	169	179	81
Julgados	207	92	121
Acórdãos Publicados	180	44	94

8ª Turma



	Maria do Carmo Cardoso	Carlos Fernando Mathias	Leomar Amorim
Distribuídos	270	259	259
Desp. Term.Publicados	95	71	54
Julgados	190	283	248
Acórdãos Publicados	184	174	192

DADOS ESTATÍSTICOS DAS SEÇÕES

PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO NAS TURMAS E SEÇÕES


À Primeira Seção, Primeira e Segunda Turmas cabem o processo e julgamento dos feitos relativos a:
I – servidores públicos civis e militares, exceto feitos correlatos à improbidade administrativa; e
II – benefícios previdenciários.

À Segunda Seção, Terceira e Quarta Turmas cabem o processo e julgamento dos feitos relativos a:
I – matéria penal em geral;
II – improbidade administrativa;
III – desapropriação direta e indireta.

À Terceira Seção, Quinta e Sexta Turmas cabem o processo e julgamento dos feitos relativos a:
I – licitação e contratos administrativos;
II – concursos públicos;
III – contratos;
IV – direito ambiental;
V – sucessões e registros públicos;
VI – direito das coisas;
VII – responsabilidade civil;
VIII – ensino;
IX – nacionalidade, inclusive a respectiva opção e naturalização;
X – constituição, dissolução e liquidação de sociedades;
XI – propriedade industrial;
XII – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

À Quarta Seção, Sétima e Oitava Turmas cabem o processo e julgamento dos feitos relativos a:
I – inscrição, exercício profissional e respectivas contribuições;
II – impostos;
III – taxas;
IV – contribuições de melhoria;
V – contribuições sociais e outras de natureza tributária, exceto as contribuições para o FGTS;
VI – empréstimos compulsórios;
VII – multas de natureza tributária;
VIII – preços públicos;

* Desembargadores federais presidentes das seções não participam das sessões na condição de relator, revisor ou vogal.

DESTAQUE

do dia



O DESTAQUE DO DIA COMEMORA
1 000 EDIÇÕES DE DIVULGAÇÃO
DOS FATOS, NOTÍCIAS,
ACONTECIMENTOS, CULTURA E
INFORMAÇÃO DO TRF-1^A REGIÃO.